

por SINAL

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central n.º 6 n.º 25



MEMÓRIA

20 anos de luta

CONJUNTURA

No Brasil, agenda da crise

TARIFAS

Bancos ignoram regras do CMN

Um ano especial

2008 foi um ano especial para os servidores do BC. Após 3 anos de uma campanha salarial difícil, suada, pontilhada por mais de 100 dias de greve, o governo finalmente reconheceu, com a adoção da remuneração por subsídio e a aproximação salarial com as carreiras mais relevantes do serviço público, que somos uma Carreira Típica de Estado. Ainda há um longo caminho a percorrer e diversos efeitos colaterais a sanar, mas é preciso reconhecer que entraremos 2009 em um outro patamar reivindicatório.

2008 ficará na memória de todos por outro motivo: há 20 anos era fundado o Sinal. Na verdade, "inaugurado" seria a palavra mais apropriada, pois as fundações do Sinal haviam sido lançadas anos antes por bravos colegas que enfrentaram a noite da ditadura para acender a chama da liberdade no Banco Central. A matéria "Parabéns, Sinal" conta toda a história e resgata "causos" muito emblemáticos da trajetória de mais de duas décadas do sindicato. Coincidindo com seu aniversário, foi realizada a maior e mais importante Assembléia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal. Reunidos na bela Canela (RS), 85 delegados decidiram que o sindicato deve afirmar-se como instrumento de defesa do cidadão e do Estado, honrando o lema do encontro: "20 anos do Sinal: maioria e cidadania". Tarifas bancárias, regulamentação do Sistema Fi-

nanceiro, lavagem de dinheiro, spread bancário e política econômica devem estar na pauta do sindicato e receber total prioridade. Melhor para a Por Sinal, que poderá retratar a nossa posição a respeito de diversos temas aqui abordados. Confira tudo na matéria "22ª AND".

2008 foi o ano da maior crise financeira desde a Grande Depressão de 1929. A "marolinha" cresceu e chegou ao Brasil. As políticas preventivas do BC parecem estar atenuando o impacto no país, mas é certo que a coisa chegará aqui em 2009, sob a forma de tsunami, ressaca ou marola mesmo. "No Brasil, a agenda da crise" esmiúça a questão e a entrevista com o editor César Benjamin bota bastante pimenta na discussão, com uma abordagem crítica ao capitalismo e à tão propalada "blindagem" do país.

A edição trata ainda de tarifas bancárias, lavagem de dinheiro, microfinanças, fundo soberano e serviço público. Sem falar na tradicional "Prata da casa", com a nossa querida colega Maria Inez de tantos textos elegantes.

Que se vá 2008. Que venha 2009. Que venha o Fórum Social Mundial de Belém, que nos inspirou a lançar edição temática sobre sustentabilidade no final de janeiro. Ora, o que tem a ver BC, sistema financeiro e sustentabilidade? Muito. Aguarde!!! 

Conselho Nacional

Rio de Janeiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho
João Marcus Monteiro
Julio Cesar Barros Madeira
Sérgio da Luz Belsito

Brasília

Paulo de Tarso Galarça Calovi
Auriel Eleutério Marques Júnior
Max Meira

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales
Eduardo Stalin Silva
Paulo Lino Gonçalves

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros
Mário Getúlio Vargas Etelvino

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Luiz Carlos Alves de Freitas

Fortaleza

Ricardo Antonio Meireles Arruda

Porto Alegre

Alexandre Wehby

Recife

Clovis de Lima Barbosa Junior
David Falcão

Salvador

Juarez Bourbon Vilaça

Diretoria Executiva

Presidente: David Falcão

(Recife)

Diretor-secretário: Julio César Barros Madeira

(Rio de Janeiro)

Diretora-financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

(Curitiba)

Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Alves de Freitas

(Curitiba)

Diretor de Comunicações: Aparecido Francisco de Sales

(São Paulo)

Diretor de Relações Externas: Mário Getúlio Vargas Etelvino

(Belo Horizonte)

Diretor de Estudos Técnicos: Alexandre Wehby

(Porto Alegre)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Sérgio da Luz Belsito

(Rio de Janeiro)

Diretor Extraordinário de Relações Intersindicais:

Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Marcos Piffer,
David Falcão, Gustavo Diefenthaler, José Renato Ornelas

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos: Divulgação Sinal

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

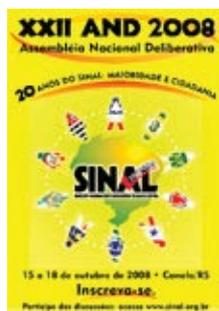
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.



MEMÓRIA

Parabéns, Sinal!

Página 6



22º AND

Sinal reafirma a defesa dos servidores e da sociedade

Página 30



ENTREVISTA

CÉSAR BENJAMIN

“A euforia especulativa acabou. Acho que pagaremos um preço alto”

Página 38

CONJUNTURA

No Brasil, a agenda da crise

Página 14



TARIFAS

Bancos ignoram CMN e criam regras próprias



Página 24

PRATA DA CASA

Duro aprendizado na escola sindical

Página 34

COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

BC E PF, uma parceria que já deu resultados

Página 44



FUNCIONALISMO

A luta pela qualidade do serviço público

Página 36



ARTIGOS

PEDRO EUGENIO
FUNDO SOBERANO, EDUCAÇÃO E CRISE **Página 13**

IDALVO TOSCANO
CRISE FINANCEIRA E MICROFINANÇAS **Página 20**

Parabéns

EM 20 ANOS DE LUTA EM DEFESA DOS INTERESSES DO FUNCIONALISMO DO BANCO CENTRAL, SINDICATO FAZ HISTÓRIA E SE AFIRMA COMO LIDERANÇA DOS SERVIDORES

O Sinal comemorou 20 anos de luta, em outubro, firmando-se como a legítima entidade dos funcionários do Banco Central. Com 6.020 filiados – um número que reafirma a sua importância dentro e fora do Banco –, o Sindicato mostra que valeu a pena desafiar a proibição de se criar uma entidade independente e voltada para a defesa dos interesses dos funcionários do BC.

Hoje, mais maduro, embora não menos contestador, o Sinal continua a fazer história. Visando deixar um legado para as futuras gerações, seus dirigentes, sempre em parceria com os servidores, constroem uma entidade aberta aos anseios da sociedade, capaz ao mesmo tempo de defender a proposta de um BC com autonomia, mas com controle social, e lutar pelos direitos dos trabalhadores que representa.

Depois de uma longa campanha,

iniciada em 2005, entremeada com greves intermitentes, a grande conquista dos funcionários do Banco Central, este ano, foi a adoção da remuneração sob a forma de subsídio, a partir de 1º de julho. Para o presidente do Sinal–Nacional, David Falcão, “essa mudança na forma de receber os vencimentos vai fazer história no sindicalismo do setor público federal brasileiro”.

Outra vitória importante é a que consagra a luta pelo reconhecimento das carreiras do Banco Central como sendo típicas do Estado. “Não conseguimos tudo que queremos, porque temos o direito de chegar ao patamar de vencimentos equivalente a 100% do que ganham o auditor fiscal e o analista tributário da Receita Federal”, avalia Falcão. “Este ano, no entanto, iniciamos uma equivalência de 87%



No Rio, os demitidos foram recebidos com rosas e muita festa

SINAL!

em relação aos vencimentos da Receita Federal. Até julho de 2010, em três etapas, os analistas chegarão a uma equivalência de 95%.”

Lugar dos 19 é aqui

Os primeiros funcionários a ingressarem no BC, os concursados do ano 1967, são testemunhas das importantes mudanças ocorridas na instituição – memórias privilegiadas de uma história de luta que precisa ser preservada. É o caso do advogado Flávio Ramos, que esteve à frente de três grandes movimentos no BC – as duas longas greves e a criação do Sinal: “O Cid Moreira, no Jornal Nacional, não escondia a sua satisfação em dar a notícia da demissão dos 19 funcionários que lideraram a greve dos 19 dias, em 1988”, lembra. Rosi Moura, que estava entre os 19 demitidos, guarda até hoje a camiseta na qual foi gravada a mensagem “Lugar dos 19 é aqui”. “Recordo-me que quando voltamos, fomos recebidos com rosas, no saguão. A política, em geral, é tão árida, mas naquele dia cedeu lugar à poesia.”

Se, no Rio, a volta dos demitidos

foi comemorada com a entrega de uma flor para cada um dos “heróis” da greve de abril de 1988, em Belo Horizonte (MG), a cerimônia também não deixou por menos. Márcia Barbosa compartilhou com outros dois colegas de trabalho – um deles, o hoje diretor de Relações Externas do Sinal–Nacional, Mário Getúlio Etelvino – o afastamento, a mando do então presidente do Banco Central, Elmo Camões. “Eu deletei tudo que não seja essencial, que machuca ou não interessa, mas lembro-me muito da solidariedade dos colegas, durante a nossa volta.”

Segundo Márcia, os colegas os esperaram na entrada da sede do Banco Central e os acompanharam até as mesas de trabalho. “Eles nos guiaram. Foram levando Getúlio, Janete e eu, como num cortejo.”

Hoje, aposentada, e morando e administrando a Pousada do Capão, em Rio das Pedras (MG), a mineira, que viveu a experiência de demissão do BC aos 35 anos, recorda-se também, embora vagamente, do discurso de volta de Getúlio. “Foi tocante e premonitório”, diz Márcia, para quem o Sinal hoje é respeitado por conta da

luta travada no passado.

No tempo da gentileza

No relato de Marli Guedes, ex-presidente do Sinal/RJ, lembranças de um tempo do profeta Gentileza, que surgiu inesperadamente na porta do Banco Central, no Rio de Janeiro, em um dos memoráveis piquetes dos seus funcionários, que até dormiam na entrada do Banco, para garantir o sucesso da greve. Gentileza, com uma flor na mão e surpreendido pelo encontro com os que, certamente, pareciam seus semelhantes na maneira de fazer dos espaços públicos seu habitat, dirigiu-se a Marli e perguntou-lhe: “O que é isso?” “Estamos em greve”, explicou ela, fazendo, em seguida, um convite àquele homem que lhe pareceu muito bem cuidado e cheiroso: “Você pode participar, já que é um homem que prega tantas coisas boas.”

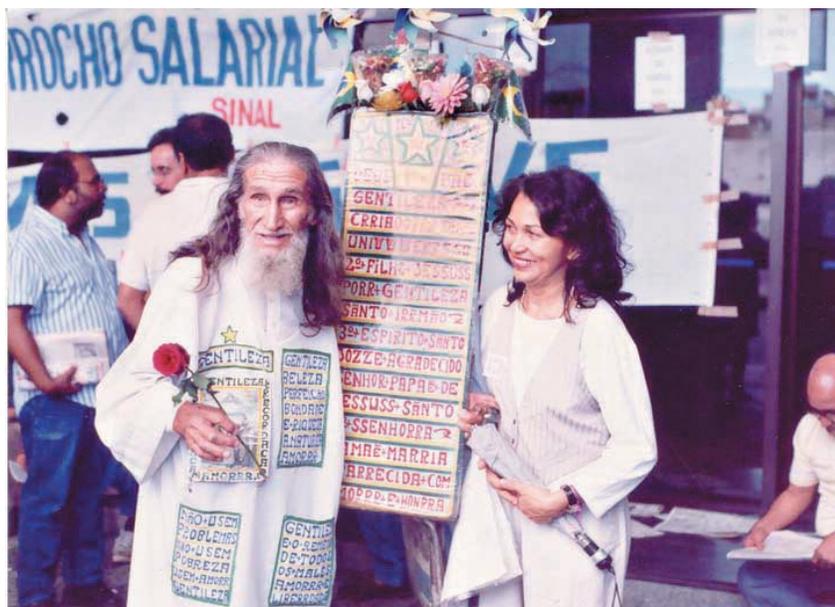
Gentileza prontamente respondeu: “Então, tem que fazer greve com amorrrr.” Até hoje, Marli, que se aposentou depois de 28 anos e meio de trabalho, por extremo cansaço com as inúmeras reformas administrativas de

governos anteriores, acredita que a afirmação do profeta é muito verdadeira. “O que os integrantes do Sindicato fazem é por amor a uma causa, por aquilo em que se acredita. Cuidar das pessoas que trabalham e lutar para assegurar a dignidade delas é uma construção cotidiana repleta de amor.”

Fundadora do Sinal, hoje exercendo trabalho voluntário em um Centro Kardecista, Marli Guedes relembra também os bons embates contra a discriminação com as mulheres dentro do BC. “O meu primeiro trabalho foi dentro de um Centro de Processamento de Dados, no qual trabalhavam 40 mulheres e 40 homens. O meu chefe, que era um cara muito bacana, resolveu colocar homens de um lado e mulheres, de outro. O que nos dividia era uma mesa, que deixava à mostra as pernas das mulheres. Isso foi motivo para ganharmos uma flanela como instrumento de trabalho.”



Paulo Roberto de Castro foi um dos mais queridos presidentes do Sinal, entidade que idealizou e ajudou a fundar



Profeta Gentileza para Marli Guedes: “Então tem que fazer greve com amorrrr”

No primeiro dia, ela usou a flanela para limpar a mesa. Foi quando ouviu: “Menina, você vai sujar a sua flanela!” Ingentuamente, questionou: “Não é para limpar?” “Não, querida, é para cobrir as pernas”, respondeu o chefe. Foi aí que resolveu dispensar o uso do *tailleur* como uniforme e passou a usar calças compridas. A decisão encontrou resistência entre

as próprias mulheres.

“Eu me alimento disso”

Um episódio que ficou marcado para sempre na memória de Ana Carvalho, outra funcionária histórica do Banco, foi o dia seguinte da edição de um informativo, convocando os colegas para participarem das discussões sobre a conjuntura política do país e a atuação do Banco Central. “Eu comentei com o Paulo Roberto de Castro que o nosso nome constava de uma lista de punição, pois a ditadura nos identificava como parte de um núcleo de luta ideológica dentro do BC. Ele me respondeu: ‘O meu nome eles podem mandar para qualquer lista. Nunca vou mudar a minha atitude. Eu me alimento disso.’”, lembra-se Ana, com saudade.

“Aqui só tem doutor e madame”

Mônica Botafogo, que hoje vive

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Sob o signo da democracia

O Sinal nasceu no mesmo mês e ano em que foi promulgada a Constituição brasileira: outubro de 1988. Os servidores do Banco Central tiveram uma participação ativa na elaboração da nova Carta Magna que, finalmente, reinstaurou o regime democrático, interrompido durante longos anos de ditadura militar. O diretor-secretário da entidade, Júlio César Barros Madeira, revela que o ponto de encontro do pessoal da Comissão de Estudos Constitucionais era exatamente na sede do BC do Rio de Janeiro. “Nós estávamos envolvidos no trabalho da Assembléia Constituinte, desde 1986, tentando influenciá-la, quando, em abril de 1988, em meio a greve de 15 dias dos servidores do Banco, o então presidente, Elmo Camões, resolveu demitir os 19 funcionários”, conta Júlio.

Com isso, os dirigentes sindicais acumularam o trabalho de elaborar propostas de redação da Constituição com as de tentar ampliar os limites da Lei de Anistia, para incluir os colegas ameaçados de demissão. O desejo explícito do então presidente do BC era de afastamento sumário dos funcionários que, na sua avaliação, estavam liderando a greve. Mas a primeira barreira que encontrou foi o estatuto do Banco, que não permitia esse tipo de demissão. Os servidores deveriam ser submetidos, antes, a

processo administrativo da Comissão de Sindicância Disciplinar. “Como não sabíamos qual seria o resultado dessa Comissão, passamos a integrar os grupos que discutiam a anistia, para, dessa forma, defender os colegas”, lembra-se Júlio Madeira. Ao fim do processo, ao contrário do que pretendia Camões, quem acabou sendo sumariamente demitido do BC foi ele próprio, em junho de 1989, por suspeita de ter usado o cargo na instituição para favorecer a corretora administrada pelo filho, o Elminho.

A questão da demissão foi resolvida satisfatoriamente, mas há ainda uma outra pendente: a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata de questões econômicas e do sistema financeiro. “Essa discussão até hoje não foi concluída. A nossa visão do artigo 192 era muito mais ampla. Ele deveria regulamentar o sistema financeiro, fazê-lo mais voltado à atividade social, ao financiamento da produção, estabelecer as atribuições do BC e até as relações do funcionalismo público, seus direitos e deveres. Nós queríamos que ficasse explícito nesse artigo um BC voltado para os anseios da sociedade e com controle social, sob a tutela do Senado Federal. Mas o artigo 192 perdeu o essencial, daí isso continuar a ser uma bandeira do Sinal”, ressalta Júlio César.

Participando de um piquete na porta do BC, no Rio, Mônica Botafogo enfrenta corredor polonês montado por policiais militares que foram dar proteção aos fura-greves



em seu refúgio, em Itaipava (RJ), foi personagem de um momento emblemático dos servidores do Banco Central. Ela atravessou, sem pestanejar – e ainda pediu que o fotógrafo registrasse o momento –, um corredor polonês, formado por policiais militares, que foram instruídos a abrir o caminho para os fura-greves. Mais do que qualquer outra, aquela greve, em particular, ameaçou a estrutura da ditadura militar, porque os braços cruzados

dos servidores do BC impediram, naqueles dias, a compensação de cheques. Até os policiais sentiram-se incomodados com a situação, e um deles comentou com o tenente: “Nos disseram no quartel que a gente ia dissolver um piquete de sindicato. Mas, aqui, só tem doutor e madame.”

A lembrança de maior impacto na vida de Mônica Botafogo, porém, foram as duas maiores passeatas dos funcionários do Banco. “Na primeira, eu atravessei a Avenida Presidente Vargas para quantificar a adesão dos colegas de trabalho, e o que vi foi surreal: um monte de gente de terno e pasta 007, lutando por seus direitos.” Mônica acrescenta que há uma foto sua, encostada na porta do Hotel Guanabara, que expressa toda a sua perplexidade: “O meu olhar dizia tudo: eu não estou entendendo nada! Aquele movimento de adesão, que começou aos poucos, entortou a minha cabeça. Até o presidente do BC, Elmo Camões, a gente botou para correr.”

Uma justa homenagem

Os delegados da 22ª AND fizeram uma justa homenagem à mais antiga servidora do Banco Central, Maria Sebastiana Balbino, presenteando-a com uma pequena placa na qual estava impressa uma frase do poeta Fernando Pessoa: “Tudo vale a pena se a alma não é pequena.”

Ao ser aplaudida pelos 55 anos de dedicação como servidora pública e pelos 20 junto ao Sinal, Maria Balbi-

ROSI MOURA

A trajetória de uma guerreira

Vanguarda e direção da luta na época de maior efervescência política do Banco Central, junto a nomes que ela mesma cita de memória – Paulo Roberto de Castro, Flávio Ramos, Paulo Eduardo de Freitas, Jorge Mello, César Mendes e Carlos Fillardi (“ele não era muito de falar em público, mas alguém com quem se podia contar”) –, Rosimêre Fonseca de Moura, mais conhecida como Rosi Moura, entrou no Banco há 31 anos como contínua. Hoje, está à frente da Coordenação de Manutenção Predial (Comap) do Rio de Janeiro, enquanto “arruma a casa” para sair do BC. “Agora, quero escrever e cantar”, avisa.

Quando prestou concurso para contínua no BC, Rosi cursava o 2º ano da Faculdade de Letras, e enxergou no serviço a oportunidade rara de trabalhar seis horas diárias e continuar se dedicando aos estudos. “Na época, o único cargo disponível no concurso para os jovens de 18 anos era esse; os outros exigiam idade mínima de 21”, conta. Rosi relembra, ainda, que quase abandonou o “barco”, por falta de opções de ascender na carreira dentro do Banco. “Eu me dei o prazo de dois anos, depois que me formei, em 1979, para fazer concurso interno. No fim de 1980, o BC anunciou, finalmente, o concurso, com data de 5 de abril de 1981. Era meu aniversário e pensei: é o meu presente.”

O presente terminou sendo para todos os servidores do BC, já que Rosi Moura se envolveu de tal forma com as atividades sindicais e políticas – “eu só andava com o pessoal do jornal O Ovo*” –, que terminou demitida com os outros 18 funcionários, na histórica greve de abril de 1988. A ex-diretora da AFBC e do próprio Sinal, que ajudou a criar, finalizou a carreira de sindicalista por respeito às suas convicções. “Eu só acredito em mandato vitalício para as pessoas que parecem ser tão talhadas para determinados trabalhos que terminam virando a alma dos outros”, declara.

(*) O jornal O Ovo foi uma publicação criada de forma clandestina – já que era proibida a sindicalização – para defender os interesses da então “categoria isolada”.



Rosi fez carreira no BC: há 31 anos entrou como contínua e hoje está à frente da Coordenação de Manutenção Predial (Comap)



Maria Balbina é a mais antiga servidora do BC, com 55 anos de casa e 20 anos de dedicação ao Sinal

no devolveu a homenagem, dizendo: “Quem merece as palmas são o BC e vocês, que honram a instituição.” Ela lembrou-se, ainda, de uma resposta de Camões, ao ser perguntado sobre a sua idade. “Ele disse 8, e explicou o motivo: ‘É que os anos que vivi não possuo mais. Só tenho os que ainda tenho a viver.’” Depois de soprar as velas do bolo em sua homenagem, Maria também recebeu de presente uma grande placa de chocolate, com os dizeres: “Viva  Maria Balbino por 55 anos de BC e 20 anos de dedicação ao Sinal.”

RITA DE CÁSSIA

Passaporte para a modernidade

Pode-se afirmar que a vida de Rita de Cássia Andrade Nascimento se confunde com a da regional carioca do Sinal. Aliás, diz, esse casamento vai ter de durar até o fim dos dias, ou, pelo menos, até a aposentadoria, porque, aos 48 anos, do Sinal não sai, nem ninguém a tira. Ela não imagina outra forma mais prazerosa de trabalho que não seja no Sindicato.

Rita começou a trabalhar no Sinal em 1991, aos 31 anos, quando foi cobrir férias de Stela Paiva, dirigente da entidade. “Ela me chamou em dezembro, para ajudar o Paulo Roberto a fazer os textos. Eu sou bibliotecária, mas, na época, estava desempregada e vivendo de bicos. Gostei tanto, que estou aqui até hoje”, revela bem-humorada.

Também foi a pessoa encarregada de “introduzir” a informática na entidade. “Em 1991, quando entrei, a última novidade era a máquina de escrever eletrônica da IBM, considerada o máximo porque colocava negrito nos títulos”, lembra-se. Com o advento do fax, na mesma época, outra tarefa da supersecretária era ler todos os jornais, recortar as matérias, colar num papel A4 e enviar às regionais: “Ficava horas passando o que a gente chamava de Súmula da Imprensa para o pessoal.”

Mãe de Thiago e Mariana, Rita ainda enfrentou o banco de dados

Dialog (precaríssimo) e a planilha de cálculo Lotus, até que a Microsoft, Bill Gates, o editor Word, a planilha Excel, o banco de dados Access e a internet entraram na sua vida. “Mesmo assim, continuamos prestes a enlouquecer, porque o Paulo Roberto de Castro, do qual sentimos uma imensa falta, queria tudo de moderno, do bom e do melhor, aqui dentro. Mas, ou não tínhamos conhecimento técnico para aproveitar essa modernidade, ou o que se vendia no mercado era muito caro (o barato não nos atendia). Mas a gente foi se virando”, conta.

Rita resume o processo a um “parto de capivara”. Garante, porém, que valeu a pena, quando na AND de 1998 a equipe do Sinal-Rio apresentou o novo site e os delegados aprovaram a informatização de todas as regionais. “Isso aconteceu em 1998 e, mesmo assim, houve resistência de algumas regionais, cujos presidentes perguntavam para que servia aquilo tudo. “Com o Paulo nos guiando, a gente criou, inventou e deu conta do trabalho que exigiam da equipe do Rio. A consagração veio com a criação da rede de trabalho ADM e de dois bancos de dados, via internet, que foram a solução de todos os nossos problemas: o de cadastro dos funcionários do BC e o cadastro de ações judiciais.” Hoje, ela garante que, apesar de ser um “passaporte para o manicômio”, a viagem em direção ao conhecimento humano foi

ABRAPP

Sistema vitorioso

Para o secretário de Previdência Complementar, Ricardo Pena, “os fundos de pensão já vivem hoje um novo tempo, formam um sistema de fato vitorioso, tantos são os avanços, fruto, em grande parte, da importância estratégica que o governo Lula reconhece nele”. Pena, que falava na abertura do 29º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, no dia 3 de novembro, citou como conquistas os muitos aprimoramentos introduzidos na legislação e regulação, tornados possíveis pelo excelente diálogo estabelecido entre a Secretaria de Previdência Complementar e as entidades representativas dos fundos. Atualmente, a Previdência Complementar brasileira já é a oitava maior do mundo e, pelo que se percebe de seu potencial, vai subir ainda mais nesse ranking. Pena aproveitou para anunciar a autorização dada para o funcionamento da Embraprev, o fundo de pensão da Embraer.

Algumas horas antes, ao falar para quase duas dezenas de jornalistas, o presidente da Abrapp, José de Souza Mendonça, sublinhou o equilíbrio dos planos, mesmo com o pagamento

mensal de cerca de R\$ 1,5 bilhão em benefícios a quase 700 mil assistidos, como aposentadorias por tempo de contribuição, no valor médio de R\$ 3.791, um montante três vezes superior ao pago pelo INSS.

Os superávits acumulados, somados às boas condições de liquidez – por sua vez, ditadas pelo fluxo de contribuições e pela rentabilidade da renda fixa –, e o comprometimento de não mais de 20% com a renda variável reforçam a estabilidade hoje e a confiança no futuro. A fatia que os fundos têm atualmente do PIB, da ordem de 17%, deverá subir para 50% no ano 2021, quando o patrimônio provavelmente chegará a R\$ 1,8 bilhão, acredita Mendonça, que projeta uma taxa média de crescimento em torno de 10% ao ano, no período.

Mendonça referiu-se, em seu pronunciamento, também à existência nos fundos de pensão de “uma prática diária de excelência, de controles apurados e de uma governança reconhecida como merecedora de todo o crédito. Fazemos a nossa parte, como o Estado faz a sua, oferecendo uma base legal e normativa moderna e estável e que está entre as

Fundo Soberano, Educação e Crise

O Fundo Soberano do Brasil acaba de ser aprovado na Câmara dos Deputados, estando agora no Senado. Como relator da matéria na Câmara, apresentei substitutivo a partir do debate com colegas parlamentares, consultores da Casa, dirigentes e técnicos do governo federal. As alterações que propus em meu substitutivo, todas aprovadas, tornaram mais claras as intenções do governo, permitiram que mais de uma instituição financeira federal operasse o Fundo e criaram mecanismos que tornam mais transparente o processo de gestão do Fundo e seu caráter anticíclico.

O texto é público (www.pedroeugenio.org.br) e, até sua votação final, ainda será muito debatido. Vou levantar aqui três questões relevantes: (1) o FSB é instrumento adequado para receber as receitas futuras do pré-sal, evitando que ocorra aqui a chamada "doença holandesa"?; (2) poderá financiar o desenvolvimento de áreas sociais, como educação (como vem defendendo frequentemente o presidente Lula), previdência social ou saúde?; (3) faz sentido a criação de um fundo soberano agora, com o agravamento da crise financeira global?

O atual FSB estará sendo financiado, fundamentalmente: (a) por receitas fiscais em reais, desde que haja excesso de arrecadação além do superávit primário previsto no orçamento; (b) por recursos advindos de nossas exportações, desde que nossas reservas cambiais estejam em níveis adequados; (c) por venda de títulos da dívida pública, desde que a política monetária exija a retirada de reais de circulação, ou seja, endividamento que ocorreria de qualquer forma, operação geralmente associada a operações cambiais.

Vê-se, portanto, que o FSB não tem uma só fonte de receita, pelo contrário, e, cada uma delas será usada, ou não, dependendo da conjuntura. É, pois, um instrumento de gestão financeira com mecanismos que permitem operações de captação diversificadas, a depender da conjuntura macroeconômica.

Assim, respondendo às perguntas feitas, podemos dizer sim à primeira, pois, havendo receitas abundantes em moeda estrangeira, elas seriam retidas pelo Fundo para aplicações mais

rentáveis no exterior que as das nossas reservas, impedindo que a nossa economia seja inundada por dólares, destruindo a competitividade de nossa indústria.

Quanto à segunda questão, a resposta é não, tendo em vista que o fundo é eminentemente financeiro e fiscal, podendo seus recursos serem aplicados apenas em ativos; essas aplicações, ao serem resgatadas, voltarão ao Orçamento da União, para aplicações exclusivamente em investimentos. É claro que esses investimentos poderão ser em escolas, hospitais, em áreas sociais, afinal. Mas longe estarão esses gastos de se constituírem em fonte para financiamento de programas sociais de desenvolvimento, de longo prazo, e com exigências óbvias não só de investimentos, mas também de gastos correntes de caráter continuado.

Para financiarmos a educação, por exemplo, com recursos do pré-sal, entendo ser necessário um segundo fundo soberano, que poderíamos aqui denominar de Fundo Soberano da Educação (FSE). Nesse caso, parte das receitas do pré-sal seria captada pelo FSE, e esses recursos em moeda estrangeira teriam aplicação no exterior, para preservar seu poder de compra, sendo internalizados ao longo do futuro segundo um Plano de Desenvolvimento da Educação, com escopo amplo, atingindo os espaços mais abrangentes da cultura, do esporte e da ciência e tecnologia, todos incluídos no campo maior da formação intelectual do nosso povo.

Por fim, quanto à terceira questão, temos a dizer um vigoroso sim. Agora, recebendo o país os efeitos da crise externa, mais do que nunca necessitamos estimular nossas empresas a ampliar seus investimentos no mercado interno, o que pode ser feito através de nossas instituições financeiras federais. O Fundo aplicaria seus recursos em ativos dessas instituições e estas poderão ter mais uma fonte de recursos para financiar o nosso mercado interno. É sempre bom lembrar que o Fundo pode aplicar no exterior e no Brasil, conforme as conveniências ditadas pela conjuntura econômica interna e externa e pelos interesses nacionais. 

*Deputado federal pelo PT de Pernambuco, é economista, professor de Economia da UFPE e preside a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados



No Brasil, a agenda da crise

ANALISTAS SÃO UNÂNIMES: NÃO HÁ COMO O PAÍS FICAR IMUNE AO VENDAVAL FINANCEIRO QUE VARRE O MUNDO

PAULO VASCONCELLOS

Há duas ou três certezas sobre a crise financeira internacional que implodiu as bolsas de valores de todo o mundo e provocou a quebra de bancos e seguradoras nos Estados Unidos e Europa – e nenhuma delas trata do tamanho do estrago nem se já se chegou ao fundo do poço.

Autoridades e economistas concordam que é preciso aumentar a regulação no mercado financeiro. É mais ou menos consenso ainda que a crise será longa.

Também é certo que muito dinheiro vai ser jogado num buraco negro

para salvar o sistema. Que a crise, de fato, vai chegar ao brasileiro comum depois do Natal é outra certeza. O Brasil não está tão blindado quanto se alardeou – talvez para conter o pânico interno. E, se demorou a surfar na onda de crescimento internacional, agora terá de se contentar com o fim da festa antes do que gostaria.

O processo, lá fora e aqui, promete deixar mortos e feridos. O pacote fiscal de US\$ 850 bilhões do governo americano, a injeção de recursos públicos nos 27 países da União Européia, que pode chegar a US\$ 450 bilhões, as medidas governamentais de manutenção do crédito e de preservação do valor da moeda brasileira estão longe de acabar com as dificuldades do futuro. No máximo, amenizam a crise e fazem com que o mercado financeiro volte à sua “funcionalidade”. O capítulo mais cruel – a depressão econômica, que destrói empresas e corrói empregos – mal começou a dar as caras.

No fim de outubro, um ano e meio depois de a crise ter dado os primeiros sinais e apenas dois meses após revelar todo o seu poder de destruição,

o quadro já era desalentador. Apenas uma das montadoras de automóveis americana, um dos símbolos do império industrial dos Estados Unidos, decidiu demitir 5 mil operários – nada menos de 25% do seu quadro de pessoal. O Reino Unido amargava no terceiro trimestre do ano o ingresso na recessão com crescimento do PIB de apenas 0,2%, sobre o trimestre anterior. A taxa de desemprego na Espanha cresceu 1% no mesmo período. A Islândia, a mais nova república européia, não conseguiu compatibilizar o tamanho reduzido do país com o gigantismo do rombo provocado pelos bancos nacionais e foi à bancarrota.

Apagando o fogo

O terremoto financeiro internacional chegou ao Brasil na forma da restrição do crédito e da elevação dos juros bancários. Os produtores de Mato Grosso deram calote no Banco do Brasil para usar o dinheiro das dívidas no plantio da próxima safra agrícola. As montadoras começaram a dar férias coletivas para os metalúrgicos, por causa da queda nas vendas. As construtoras enfrenta-

ram dificuldades de financiamento para terminar unidades que já tinham sido vendidas. O Banco Central teve que jogar pesado nas intervenções cambiais para conter a escalada do dólar. Os pregões da Bovespa derreteram o valor de mercado das empresas e chegaram a acumular perdas de mais de 50% no ano. Mas no que talvez seja o principal indicador de percepção da crise, o índice de confiança do brasileiro, medido pela Fundação Getúlio Vargas, caiu 10% em outubro.

“A situação vai piorar antes de melhorar”, disse um insuspeito Alan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, num discurso em que admitiu os erros na condução da economia. “A crise atual é resultado da falta de regulamentação financeira e da falta de políticas públicas de moradia para os cidadãos considerados *subprimes*. Foi a falta de Estado, e não a sua ação ativa, que causou a crise”, afirma o economista João Sicsu, diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “O setor financeiro mundial está na UTI. E nem crises menos graves do que esta duraram menos de dois anos”, alerta o economista Ricardo Borges, da Projeção Consultoria. Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ressalta: “Se um dia os Estados Unidos e boa parte do mundo aprenderam algo com o *crash* de 1929, os arautos do livre mercado com certeza esqueceram.”

Em resposta à Grande Depressão, o sistema monetário internacional passou a ser regido pelas regras de Bretton Woods (leia quadro na página 18). Durou do pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970. Os mercados eram mais regulados, as volatilidades cambiais e monetárias eram pouco significativas. O que o neoliberalismo fez a partir dos anos 1980 foi o oposto. As liberalizações comercial e financeira, a mobilidade de capitais, as reformas estruturais e a redução da participação do Estado na economia contribuíram para que os mercados se tornassem independentes e globais.

O estouro da bolha

Nunca uma palavra sintetizou tanto a origem do descontrole do sistema como *subprime* (leia quadro abaixo). O estouro da bolha imobiliária norte-americana foi uma reação em cadeia a créditos concedidos a uma classe de consumidores que não tinha capacidade de pagar. Começou logo depois da crise da internet, em 2001, quando o FED passou a reduzir a taxa de juros para baratear empréstimos e financiamentos e encorajar o consumo.

Deu certo. Tanto que os imóveis viraram fontes de investimentos na maior economia do mundo. Na ânsia de comprar o segundo ou terceiro

Vocabulário da crise

Alavancagem – Operações nas quais um indivíduo ou empresa toma dinheiro emprestado para compra de ativos num montante maior do que seu patrimônio. A alavancagem pode ser obtida também através do uso de derivativos.

Bail-out – Socorro financeiro do governo a empresas falidas ou a setores da economia.

Banco comercial – Instituição que capta dinheiro de quem tem e empresta para quem precisa. Está sujeita aos limites de alavancagem do Acordo de Basileia.

Banco de investimento – Instituição especializada em estruturar o financiamento para a atividade produtiva e para suprimento de capital fixo e de giro para empresas.

Bankruptcy – Significa falência. Representa a incapacidade de um banco ou uma empresa de pagar seus credores.

Credit Default Swap (CDS) – É um contra-

to entre duas partes (similar a um seguro ou *aval*), em que uma parte (compradora de proteção) paga à outra (vendedora de proteção) um prêmio para que esta assuma um risco de crédito específico. Ou seja, caso ocorra o evento de crédito (inadimplência, por exemplo), a parte vendedora de proteção deverá pagar o total do montante protegido ao comprador de proteção.

Depressão – Forma grave de recessão em que o crédito desaparece, o desemprego explode e as falências se multiplicam.

Derivativos – Um instrumento é dito derivativo quando a formação do seu preço deriva de um produto no mercado à vista. Os derivativos servem tanto para diluir o risco de um investidor quanto para especular. Podem ser usados também para alterar rapidamente a alocação estratégica de ativos de um investidor.

Federal Deposit Insurance Corpo-

“A crise atual é resultado da falta de regulamentação financeira e da falta de políticas públicas de moradia para os cidadãos considerados *subprimes*. Foi a falta de Estado, e não a sua ação ativa, que causou a crise.”

JOÃO SICSU, diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



imóvel, os americanos promoveram uma corrida do ouro às hipotecas – pediam dinheiro emprestado aos bancos,

dando como garantia de pagamento as suas próprias casas. As grandes empresas hipotecárias começaram a

FDIC – Estatual americana que garante os depósitos, em caso de quebra de um banco, até US\$ 250 mil.

Federal Reserve (FED) – Banco Central dos Estados Unidos. Sua meta principal é conduzir a política monetária do país, influenciando as condições monetárias e de crédito de forma a obter o máximo nível de emprego, a estabilidade de preços e uma moderada taxa de juros de longo prazo.

Foreclosure – Despejo do imóvel de um comprador inadimplente.

Hedge funds – Fundos que podem investir seus recursos em vários tipos de aplicações, incluindo ações, títulos de dívida, moedas, matérias-primas básicas e até obras de arte. Uma das principais características dos Hedge Funds atualmente é a alta alavancagem.

Moral Hazard – Risco Moral, em português.

Teoria microeconômica que corresponde ao comportamento de uma pessoa ou agente econômico que, ao receber determinado tipo de cobertura ou seguro para suas ações, diminui os cuidados.

Mortgage – Hipoteca. Um empréstimo garantido por um imóvel.

Panic selling – Movimento de venda quando os investidores entram em pânico.

Recessão – Quadro em que a atividade econômica diminui o ritmo por um período (para alguns economistas, mais de três trimestres consecutivos).

Securitização – Emissão de títulos garantidos por dívida.

Subprime – Classificação de risco de crédito das pessoas físicas norte-americanas. São todas as pessoas inferiores ao grau “prime” que define a classe-média alta. Portanto, são todos os americanos pobres ou com baixa renda.

emprestar dinheiro para uma classe de maior risco: os *subprimes*. A Fannie Mae e a Freddie Mac, as duas maiores empresas hipotecárias, detinham nada menos de US\$ 6 trilhões em hipotecas – quase metade do PIB americano, de US\$ 13,250 trilhões. A corrente da felicidade se espalhava por todo o sistema financeiro. E, como em toda corrente, quando um dos elos se rompeu, todos os outros foram atrás.

O resto é o que se sabe, de cor e salteado, com pitadas de susto e pânico. A cronologia da crise começou em março de 2007. As empresas de crédito imobiliário dos Estados Unidos apresentaram dados recordes de execuções de hipotecas referentes ao último trimestre de 2006. Depois, foi uma sucessão de notícias quase sempre ruins. Da primeira corrida bancária ao Northern Rock Bank, da Inglaterra, ao sinal vermelho da Fannie Mae e da Freddie Mac.

Um ano depois, a avaliação era de que o pior já havia passado. Pura ilusão. A queda da bastilha do mercado financeiro, por coincidência, foi no mesmo dia do início da Revolução Francesa. Em 14 de julho, depois de uma sucessão pouco promissora de fatos, como a queda do preço de *commodities* e o pedido de socorro da Fannie Mae e da Freddie Mac ao governo americano, o mundo começou a cair na real. A história da crise passava a ser escrita semanalmente. E depois, dia a dia.

Em 7 de setembro, a AIG, primeira seguradora dos Estados Unidos, anunciava que precisava de uma ajuda de

US\$ 80 bilhões. No dia 15, o Lehman Brothers pedia concordata. Um dia depois, a bolsa da Rússia registrava queda de 20%. Dia 26, o Washington Mutual, falido, seria vendido para o JP Morgan. Três dias depois, a Câmara dos Deputados rejeitava o pacote de ajuda governamental. A crise é mundial, escapa ao controle e os governos não demonstram capacidade de coordenação.

Em 1º de outubro, o Senado dos Estados Unidos aprovaria um pacote de ajuda. Aumenta a sensação de que o dinheiro compra tudo, até o fim da crise, mas o custo será pago por todos. No dia 3, a Câmara dos Deputados também aprovaria o pacote. Mas as bolsas americanas e européias continuaram em queda livre – e registraram a pior semana desde o atentado das torres gêmeas. Dia 9, os mercados enfrentaram um dia de pânico. Dia 10, uma seguradora japonesa quebrou. A crise é pra valer. No dia 12, os governos da Europa anunciaram a estatização de bancos em dificuldades. Os Estados Unidos iriam a reboque no dia seguinte. Mas o estrago chegava à economia real. Recessão, desemprego, queda de produção. Perspectiva de depressão.

A saúde do Brasil

O Brasil via a crise se espalhar com um discurso oficial que a oposição política e parte da academia criticam. A blindagem é o principal argumento de sustentação da tese de que o país estaria imunizado. Construída pacientemente pelo Banco Central

O Tratado de Bretton Woods

A crise financeira internacional foi buscar no fundo do baú o Tratado de Bretton Woods – a conferência que estabeleceu, em julho de 1944, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o primeiro exemplo na História mundial de uma ordem monetária negociada entre as nações.

Reunidos no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, mais de 700 delegados dos 44 países aliados aprovaram a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o Bird, mais conhecido como Banco Mundial, e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mais: estabeleceram ainda a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor. Não por acaso, a moeda escolhida como referência era a da maior potência mundial: o dólar americano.

Os criadores de Bretton Woods defenderam um sistema relativamente liberal, baseado primeiramente no mercado, com um mínimo de barreiras ao fluxo de comércio e capital privados. Houve acordo também sobre a necessidade de intervencionismo do governo.

A defesa da administração pública da economia, que emergiu da Grande Depressão como atividade essencial dos governos, foi encorpada pelas contribuições teóricas da escola econômica keynesiana – consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro “Teoria geral do emprego”, do juro e da moeda –, que defendia a necessidade de intervenção do Estado na economia para manter níveis adequados de emprego.

nos últimos anos, essa espécie de couraça protetora se baseia em alguns fundamentos econômicos essenciais à saúde de qualquer país: inflação sob controle; um lastro em moeda estrangeira razoável – no caso brasileiro, as reservas são de US\$ 204 bilhões; redução da dívida externa; superávit

primário; desempenho e diversificação do comércio externo, hoje menos dependente dos Estados Unidos.

Além disso, o sistema financeiro brasileiro obedece a regras rígidas de controle, estabelecidas pelo Banco Central. Em grande parte devido ao Proer, que injetou cerca de R\$ 21

“Em situações de escassez de crédito e perspectivas de desaquecimento da economia, cenário muito provável para 2009 e 2010, o BC tem de abandonar a posição conservadora: reduzir juros e expandir a liquidez devem estar na ordem do dia.”

FERNANDO FERRARI FILHO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul



ruim”, sintetiza o professor de economia Luiz Roberto Cunha, da PUC do Rio de Janeiro.

A reação do governo brasileiro ao impacto da crise também não escapou às críticas. Quase todas as medidas, como a redução do compulsório dos bancos e a ampliação do crédito agrícola, foram bem-vindas. Mas a relutância e o atraso nas ações podem gerar, num momento de aguda instabilidade econômica, repercussão negativa sobre a economia doméstica. A demora na intervenção cambial, por exemplo, que só veio depois que o dólar alcançou a cotação de quase R\$ 2,50, segundo alguns economistas, pode ter comprometido a estratégia de preservação do valor do Real.

Uma das principais armas de defesa do país – a redução dos juros – até o fim de outubro nem sequer havia sido cogitada pelas autoridades econômicas do país. “Com juros a 14%, os bancos não emprestam para as empresas, mas ao próprio governo – e com isso ganham com os juros oficiais. O mundo inteiro está baixando os juros para não enfrentar a recessão. Mas, no Brasil, a opção ainda é o tiro que sai pela culatra”, diz Ricardo Borges, da Projeção Consultoria. “Em situações de escassez de crédito e perspectivas de desaquecimento da economia, cenário muito provável para 2009 e 2010, o Banco Central tem de abandonar a posição conservadora: reduzir juros e expandir a liquidez devem estar na ordem do dia”, afirma Fernando Ferrari. **S**

bilhões no saneamento do sistema, o SFN é hoje considerado moderno e eficiente. E estaria pouco suscetível a um risco de contágio, mesmo sabendo-se que a participação dos bancos estrangeiros no país cresceu consideravelmente ao longo dos últimos anos. Os bancos também não possuem derivativos externos lastreados em *subprime* e outros títulos, por causa da maior rentabilidade da taxa Selic.

A porta de entrada para uma contaminação maior do país pode estar na exposição cambial das empresas exportadoras. Operações supostamente de hedge cambial feitas por muitas empresas exportadoras geraram prejuízos bilionários com a disparada do dólar, como foram os casos da Sadia e da Aracruz. As estruturas de controle de risco e de governança corporativa dessas empresas se mostraram inadequadas para lidar com situações de estresse, como a da atual crise financeira.

Um outro canal de contágio, talvez mais forte, é a falta de crédito na eco-

nomia em função da dramática redução da liquidez internacional. Empresas e bancos não estão conseguindo rolar seus empréstimos internacionais, e isso está levando a uma redução geral do crédito para o consumo e para as empresas. Bancos e financeiras estão aumentando taxas, reduzindo prazos, e tornando-se mais seletivos na concessão dos empréstimos.

O país, ao contrário do que chegou a apregoar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está longe de estar vacinado contra a crise. “Por melhores que sejam os fundamentos econômicos, não há como o Brasil ficar imune ao vendaval financeiro que varre o mundo”, sentencia Ítalo Lombardi, analista para mercados emergentes da consultoria RGE Monitor. “Não há economia num mundo globalizado e financeirizado que seja imune à crise de liquidez norte-americana e à recessão dos Estados Unidos”, endossa Fernando Ferrari Filho, da UFRGS. “O Brasil só vai ficar menos ruim, mas vai ficar

Crise financeira e microfinanças

Um espectro ronda a Europa, a Ásia, a América, a África e a Oceania – o espectro de Midas, aquele que transformava em riqueza tudo que tocava; mas a euforia lhe revelou as orelhas! antes que, aflito de fome, perdesse a magia e passasse a trilhar caminhos franciscanos.

Então, todas as potências da velha Europa e do novo mundo se uniram em uma Santa Aliança para salvá-lo!²

Introdução

O capitalismo é um regime de escassez; somente cerca de 30% da população tem razoável acesso aos bens produzidos no planeta; as demais pessoas são, do ponto de vista da dinâmica de sua produção, irrelevantes. Embora historicamente não tenha como propósito distribuir benesses ou produzir felicidade, é possível pensá-lo menos desigual e menos iníquo.³

A crise capitalista atual escancara a impossibilidade de o mercado produzir “correções” das “falhas” do sistema; não somente se mostrou incapaz de se auto-regular, como também transferiu à sociedade o ônus de suas irresponsabilidades e aventuras financeiras, sob o olhar complacente das autoridades que deveriam estar atentamente zelosas pelo interesse da coisa pública.

O Brasil nunca foi um país de arraigadas convicções; sua elite dirigente valseia ao sabor das certezas de ocasião e, nos atuais tempos, finge tê-las proclamado e altissona grita: Estado!⁴

Do outro lado, alguns, mais ponderados, mesmo reconhecendo a eficácia de alguns mecanismos do mercado, advogam que o Estado deve exercer um papel continuamente ativo, notadamente quando se trata de “falhas” que resultam em processos de empobrecimento, como é o caso do acesso democrático ao crédito. Um Estado – diga-se – com amplo controle social.

A banca e o crédito

O sistema financeiro desempenha um papel fundamental e expressivo no capitalismo, a ponto de as “entidades” se confundirem: “mercado” e “mercado financeiro” acabam por ser a mesma coisa e, não raro, pretendem substituir o Estado em suas funções, em um reflexo “natural” do processo de globalização financeira.



Sem dúvida: os sistemas financeiros, particularmente os bancos, são grandes impulsionadores do crescimento das economias e, neste contexto, o crédito assume um papel de destaque.

Todavia, supor que um sistema de crédito – mesmo aquele mais eficiente – seja capaz de disseminar o acesso a recursos financeiros de forma democrática e a todos os segmentos e regiões do país é um brutal equívoco, que somente se pode compreender a partir da visão segmentada e circunscrita à “economia relevante dos incluídos”, que desconhece ou ignora os processos sociais em curso, notadamente a existência de uma economia popular que, em suas estratégias de sobrevivência, é capaz de gerar expressiva parcela da renda àqueles excluídos do mercado de trabalho formal e, assim, reduzir as desigualdades sociais.

O sistema bancário brasileiro não prima, exatamente, pela eficiência distributiva dos recursos financeiros; suas operações se destinam



aos clientes de maior renda, comporta um alto custo de informação e são espacialmente concentradas, portanto, longe de corresponder às necessidades de financiamento, notadamente dos segmentos populares.

Ah, também não oferece financiamento de longo prazo, opera com elevados *spreads* e suas dez maiores instituições concentram 82% dos ativos do sistema (antes da anunciada fusão Itaú-Unibanco). Ademais, a oferta de crédito – 37% do PIB – é comparativamente baixa em relação a outros países de igual performance de desenvolvimento etc. etc.

Crédito e microfinanças

O crédito popular tem se materializado incipientemente por meio de iniciativas de microcréditos, que envolvem setor público, sociedade civil e, em muito menor escala, o setor privado.

Os eventuais esforços governamentais nessa direção foram, até o presente, pífios; não atingiram sequer 10% da demanda projetada. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que pretendia ser o “grande” programa de microcrédito do governo federal, não logrou êxito.

Embora o acesso a microcréditos seja importante, o produtor popular necessita muito mais que isso: necessita de acesso amplo a serviços financeiros, modelados às suas necessidades e que somente instituições microfinanceiras estariam aptas a conceder.

Mas a indigência do debate, que se arrasta há anos em nosso país, revestido de pompas e circunstâncias (mais daquelas que destas), avilta as soluções que se pretendem mais democráticas. Aliás, nada que represente interesses populares consegue ampliar os espaços

republicanos; as soluções já estão prontas e os mecanismos já estão dados: as microfinanças devem passar pelas instituições do mercado financeiro, mesmo que já esteja sobejamente atestado que tal intento – ampliação e democratização do crédito popular – não se apresenta atrativo às pesadas estruturas de custo dos bancos convencionais, e não conseguem competir com as generosas taxas de juros praticadas no país, que garantem rentabilidade certa e compreendem mais de 40% dos lucros bancários atuais. Nessas circunstâncias, as “soluções” propostas pelos formuladores de políticas públicas resvalam a mesmice; o mesmo do nada!

Todavia, nenhuma comoção: questões dessa ordem são irrelevantes ao capitalismo dos incluídos e, portanto, não sensibilizam financistas, economistas e elite dirigente de plantão; o rio de recursos já mobilizados para enfrentar o atual processo daria para plantar o germen de um capitalismo mais democrático. Embora isso possa soar tecnicamente como um paradoxo, é possível.

Sim, uma crise das proporções atuais será extremamente nociva aos segmentos de mais baixa renda da população. O que nos assusta é que nada, ou muito pouco, se fez para proteger os empobrecidos do campo e da cidade, a exemplo do que se faz continuamente com outros segmentos da sociedade e se conclama repetir agora com o sistema financeiro que, diga-se, nunca primou pela ética e responsabilidade em suas ações, mesmo que esta seja uma morte “mais que anunciada”.

Construir um projeto que tenha como base a produção de alimentos, vestuários, calçados, materiais de higiene e limpeza, acesso amplo e de qualidade à saúde e à educação possibilitaria proteger o segmento de menor renda da crise dos “grandes”.

Para tanto, porém, se necessita de mais Estado; um Estado sob controle social e atuante. Um Estado com políticas vigorosas e capazes de romper a dinâmica do empobrecimento na base mais tangível da sociedade: a comunidade.

Instituições populares

Os processos econômicos locais compreendem um conjunto de mecanismos, assentados na visão de um novo padrão de desenvolvimento socioeconômico incluyente e que se situa, contudo, nos marcos de uma economia capitalista calcada em uma nova forma de organização do trabalho.

Falamos nos processos associativos que têm origem na Economia

Solidária, os quais, mesmo com foco no mercado, se apresentam como uma alternativa viável de organização daquela produção intensiva em mão-de-obra. Ou se há de acreditar na possibilidade de estabelecermos uma miríade de “empreendedores” de sucesso em um segmento de forte concorrência e desprotegido como é a produção popular? Não; urge termos soluções criativas para os mesmos e novos problemas.

No campo do financiamento das atividades populares (não somente produtivas, mas também de consumo), se faz necessária a construção de novas estruturas, voltadas ao desenvolvimento dessas e que não repousem sobre mecanismos de mercado.

O professor Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego, criada em 2003, foi um dos primeiros a defender enfaticamente a necessidade de um sistema diferenciado de finanças para os pobres: “Gostaria de dizer com toda a veemência que a ausência da possibilidade de ter um sistema próprio de crédito para a camada de baixa renda no país é um escândalo.”⁵

É imprescindível, portanto, que sejam estruturadas instituições específicas, pensadas para atuar no campo das microfinanças e enraizadas na comunidade onde se situam, fortalecendo as iniciativas populares locais; dessa forma, seriam atacados, simultaneamente, a questão do financiamento e o fomento às atividades econômicas comunitárias.

Bancos populares de desenvolvimento solidários

O que vimos defendendo não são, *stricto sensu*, instituições de mercado; são instituições financeiras, sem fins lucrativos e de caráter social. Assim, não podem existir sob a égide das normas e leis existentes que regulam e fiscalizam as instituições do mercado, mas, por ter como missão, além de tudo, criar valores sociais intangíveis, requerem um reconhecimento institucional específico.

O desenvolvimento local pressupõe a criação de autênticos “bancos de fomento comunitário”, na forma concebida pelo Projeto de Lei Complementar – PLP nº 93/2007⁶, que institui os “Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário” e cria o “Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias”.

Trata-se da constituição, reconhecimento e consolidação do segmento de finanças populares, com regras próprias e com funcionamento distinto do tradicional Sistema Financeiro Nacional (SFN), o qual não foi concebido, não se encontra capacitado e não apresenta nenhuma

vocação para esse tipo de atuação, parasitando na necessidade de financiamento do setor público e operações de crédito com elevado retorno financeiro.

Adicionalmente, o PLC 93/2007 é a primeira proposta de emenda ao art. 192 da Constituição Federal; uma proposta democrática, desenvolvimentista e das mais avançadas que existem no mundo.

Por fim, os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário não prescindem de mecanismos prudenciais e amplamente participativos, a envolver em um Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias (Conafis), representantes da sociedade civil, governo e órgãos públicos técnicos.

Conclusão

Não há nenhum conflito de interesse entre as atuais instituições de mercado e os Bancos Populares na forma aqui proposta. A segmentação do mercado é uma realidade incontestável, e não há como prestar serviços financeiros por meio das instituições convencionais para o setor de menor renda da população.

And last, but not least, a pobreza é uma produção da civilização e sua persistência decorre da absoluta falta de vontade política. O frenesi das autoridades mundiais na presente crise, vis-à-vis o descaso com a premência social, não deixa dúvida quanto à funcionalidade da pobreza aos processos de dominação. **S**

⁵Economista. Funcionário do Banco Central do Brasil; pesquisador e estudioso de Microfinanças; membro suplente do Conselho Nacional de Economia Solidária. Aqui, expressa opiniões estritamente pessoais.

1. Midas, em uma das versões do mito, por desafiar Apolo, ganha orelhas de asno.

2. Inspirado no “Manifesto Comunista de 1848”, de K. Marx.

3. O Tchade, por exemplo – centro-norte da África –, possui renda per capita de US\$ 230; quase 50% de analfabetos; expectativa de vida de 49 anos; natalidade de seis filhos por mulheres!

4. “A relação entre o Estado e os empresários (...) sempre foi muito ambígua: quando as coisas vão bem, eles querem vê-lo longe; quando vão mal, apelam para que ele os salve.” - Neto, Delfim - “A crise e a normalidade” – Carta Capital nº 521, Ano XV – São Paulo (SP).

5. Depoimento à Comissão de Economia, Indústria e Comércio – Câmara dos Deputados, Brasília, set/1999.

6. De autoria da deputada federal por São Paulo Luiza Erundina de Souza (PSB), o PLP 93/2007, com o qual este escriba teve a imensa satisfação em colaborar. Encontra-se, atualmente, em tramitação na Câmara dos Deputados.



INTEGRAR

e crescer,

FAZENDO

acontecer!



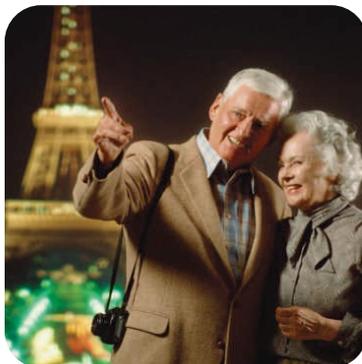
Seguro de Vida em Grupo e Vida Master

Solidez, segurança, garantia e confiança.
Melhor custo-benefício do mercado.
Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



Consórcio Fenasbac

100% seguro, menor custo, sem taxa de adesão.
Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



PGAFI

Quando o assunto é dinheiro:
Programa Geral de Assistência Financeira.
Conheça os novos prazos e limites.
Exclusivo para associados.



10 filiais e 11 sedes recreativas

com colônias de férias em Comary - Teresópolis (RJ),
Aruanã (margens do Rio Araguaia - GO)
e clube-hotel em Fortaleza
(Praia do Futuro - CE)

*Desejamos Boas Festas e um Feliz Ano Novo
a todos os nossos associados, amigos e colaboradores!*

Bancos ignoram CMN e criam regras próprias

BALANÇO DOS SEIS MESES DA NOVA REGULAMENTAÇÃO É CLARO: NORMAS CONFUSAS E FISCALIZAÇÃO PRECÁRIA ESTIMULARAM O DESRESPEITO

ROSANE DE SOUZA

O desejo de repetir a arrecadação estratosférica de R\$ 40 bilhões com a cobrança de tarifas bancárias, no ano 2007, continua a falar mais alto. Os bancos estão ignorando solenemente a nova regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que os obriga, desde 30 de abril de 2008, a oferecer serviços essenciais gratuitos e padronizados, assim como a divulgar a lista de cada produto gratuito, o custo dos serviços cobrados no pacote prioritário e o Custo Efetivo Total (CET) dos empréstimos, entre outras coisas.

Desrespeitando as novas normas, conforme denunciou a **Por Sinal** em sua edição passada, as instituições

financeiras chegam a informar aos clientes que o serviço padronizado (ou prioritário) – cujos produtos devem ter o mesmo nome, para facilitar a comparação do preço de cada um deles – não existe. Trata-se apenas, segundo elas, uma mera referência do Banco Central para o mercado.

Consultado, o Banco Central reitera que é obrigatório o oferecimento dos serviços essenciais e prioritários. “O artigo 7º da Resolução 3.518 estabelece como prerrogativas do cliente a utilização e o pagamento de serviços individualizados, sem a adesão a nenhum pacote”, garante o BC, em resposta ao questionamento da revista. O próprio BC, porém, apurou que



algumas instituições financeiras relacionaram, em suas tabelas, tarifas que definitivamente não faziam parte das normas (ver matéria na página 28).

O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), admite que o comportamento dos bancos não o pegou de surpresa. Por isso, já havia providenciado a aprovação de requerimento para a convocação de uma nova audiência pública sobre o assunto, que deve ocorrer até o fim do ano.

Zonas cinzentas

Enquanto a audiência pública não sai, os clientes bancários têm recorrido aos institutos de defesa do consumidor para assegurar seus direitos, constantemente desrespeitados. A ajuda tem sido valiosa. A Pro Teste – Associação Brasileira de Consumidores, por exemplo, depois de constatar diversas irregularidades, elaborou uma cartilha, divulgada em outubro apenas para seus associados, orientando sobre como fugir das armadilhas.

As entidades de defesa do consumidor acusam as autoridades monetárias de não exercerem uma eficiente fiscalização e de falta de clareza na redação de alguns itens das normas do CMN. “Há muitas arestas e áreas cinzentas na regulamentação”, pondera o supervisor de Informação do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Carlos Thadeu de Oliveira. Ele informou que o Instituto encaminhou solicitação formal ao BC para que se manifeste sobre o fato de os bancos se negarem a fornecer, gratuitamente, dez folhas de cheque por mês aos

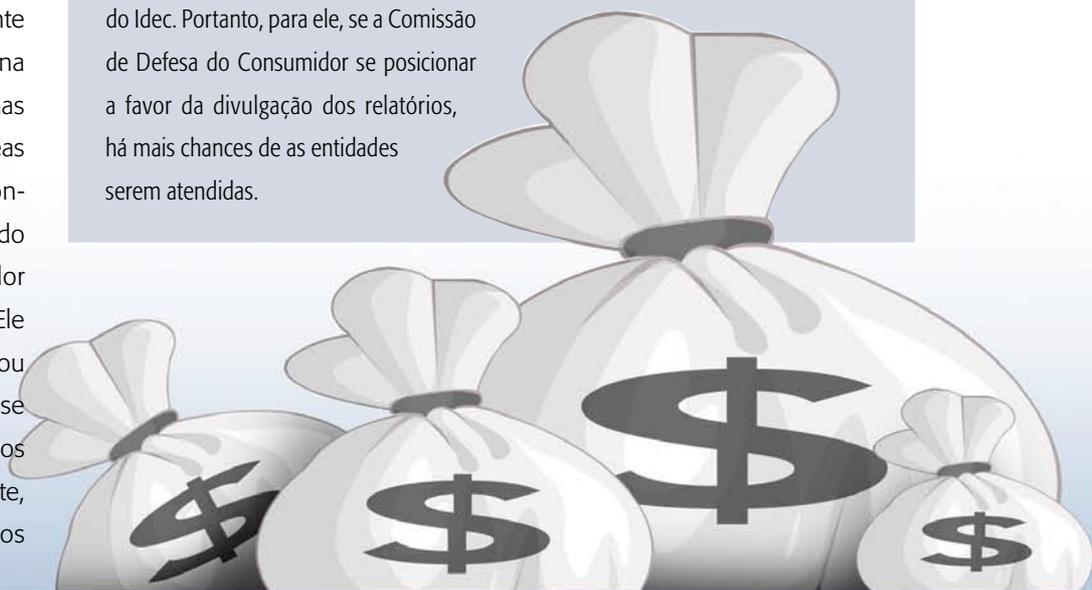
Abertura da caixa-preta

Outra frente de luta recentemente aberta pelas entidades que defendem os direitos dos consumidores é a abertura das caixas-pretas em que se transformaram os relatórios das ouvidorias dos bancos. O Idec encaminhou ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, deputado Vital do Rêgo Filho, uma carta pedindo o apoio dos seus integrantes aos pedidos de transparência desses relatórios feitos pela entidade. O deputado adiantou que já enviou ofício formal ao presidente do BC solicitando informações sobre a atuação das ouvidorias. Preocupado, ele informou que soube pelos deputados que integram a Comissão que as instituições financeiras estão querendo criar uma auto-regulação sobre o assunto, o que é inaceitável. “Fomos informados de que a Febraban está querendo criar um selo de qualidade para os bancos que solucionarem satisfatoriamente as reclamações dos clientes.”

Os parlamentares não estão nada satisfeitos com o encaminhamento que os bancos estão dando à questão. “O cliente liga e em nenhum lugar sabe-se qual foi a reclamação e o que foi feito para solucionar a pendência. É um absurdo”, adverte Vidal, acrescentando que desconhece ouvidorias sem transparência. Ele informou, ainda, que há trâmites para a convocação da direção do BC para explicar o motivo de tanto segredo em uma outra audiência pública na Câmara.

As ouvidorias foram criadas por força da Resolução 3.477 do Banco Central e devem registrar, analisar e encaminhar as soluções para as reclamações de clientes e usuários que não foram resolvidas nas agências. Ao fim de cada semestre, os bancos estão obrigados a elaborar relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação das ouvidorias. Estes devem permanecer à disposição do BC por cinco anos, no mínimo.

O Idec solicitou ao BC, em carta, que esses relatórios sejam divulgados, acreditando que apenas com a publicidade dos atos as ouvidorias atingirão seus objetivos. No entanto, o BC e dez dos maiores bancos do país em número de clientes responderam que a Resolução não prevê a divulgação do conteúdo das caixas-pretas. “A Resolução que criou as ouvidorias e regula as tarifas bancárias só foi emitida depois que a Câmara dos Deputados ameaçou legislar sobre o tema”, lembra Marcos Diegues, gerente jurídico do Idec. Portanto, para ele, se a Comissão de Defesa do Consumidor se posicionar a favor da divulgação dos relatórios, há mais chances de as entidades serem atendidas.



seus clientes, previsto nos serviços essenciais. “Só o Unibanco está cumprindo a determinação”, denuncia Thadeu, acrescentando que o BC jamais respondeu formalmente aos questionamentos do Idec.

Para Hessia Costillo, da Pro Teste, em certos aspectos, a regulamentação piorou a vida do consumidor. “Ninguém cobrava tarifa por renovação de cadastro. Agora, os bancos foram autorizados a cobrar essa tarifa duas vezes ao ano”, disse. Segundo ela, técnicos da Pro Teste flagram outros abusos, ao visitar agências bancárias como se fossem clientes comuns. Um deles foi o aumento exorbitante no custo da cesta básica, pacote fechado que já era oferecido por todos antes de as normas entrarem em vigor. A explicação é simples: os bancos se apressaram em reajustar o preço de sua cesta de serviços própria, aproveitando-se das mudanças das regras, e ignoraram a exigência de oferecer e divulgar o preço do pacote prioritário. Os números levantados pela Pro Teste ilustram bem o tamanho do reajuste das cestas próprias: o Banco Safra, por exemplo, aumentou a cesta de R\$ 10 para R\$ 28; o Citibank, de R\$ 17 para R\$ 44. “Não é um preço irrisório e, por isso, o serviço prioritário deveria ser mais bem regulamentado”, enfatizou.

Os dois institutos desejam que o Banco Central esclareça, na Resolução 3.518, o que pode ou não ser cobrado e fiscalize a adoção do pacote padronizado (e obrigatório), que, por enquanto, só existe na teoria, já que

nas agências ninguém sabe do que se trata. “O Banco Central precisa sinalizar o que está errado, sair dos planos das idéias para a prática”, adverte Carlos Thadeu. “Caso contrário, a instituição continuará falando de um produto inexistente no mercado.” Outra mercadoria em falta nos bancos, hoje, é a informação, de acordo com Renata Reis, do Procon. “Eles não dão nenhum esclarecimento, nem cópia do contrato de prestação do serviço para os clientes.”

Segundo a técnica da Pro Teste, o BC admite, pelo menos oralmente, que não consegue estar em vários lugares ao mesmo tempo, para fiscalizar as instituições financeiras.

Além de descobrir que alguns bancos relacionaram, em suas tabelas, tarifas não previstas pela regulamentação do CMN, o BC constatou um aumento significativo, em julho, das reclamações entre os clientes de bancos com mais de um milhão de correntistas. As queixas sobre tarifas bancárias lideraram o ranking das reclamações naquele mês (14%), seguidas pela falta de fornecimento de informações (8,91%) e de documentos (6,64%) e pela falta de transparência nas relações (5,17%). Mensalmente, o BC divulga o ranking das instituições financeiras mais reclamadas em seu site. A direção do Banco garante que determinou a imediata correção dos erros.

Cuidado com as armadilhas

O que a Pro Teste constatou ao visitar 12 dos maiores bancos brasileiros:

Não dá para fugir das cestas dos próprios bancos, pois na abertura de uma conta é oferecida uma, em geral, a mais cara, com a justificativa de que é a mais completa;

O custo do cheque especial pode chegar a quase 250% ao ano. Se alguém usar o limite de R\$ 1.000 no mês e não pagar essa dívida, em 12 meses estará devendo R\$ 3.498,85, mais de três vezes o valor contratado;

É difícil contratar o pacote padronizado, que inclui: renovação de cadastro duas vezes ao ano; oito saques ao mês; quatro extratos mensais e dois extratos dos últimos 30 dias ao mês; transferência entre contas na própria instituição. Nas agências, depois de muita insistência, a resposta dada é que é apenas uma referência para o mercado;

O que está escrito, não vale. Há um total desrespeito ao direito à informação, que não é precisa, varia de agência para agência e de gerente para gerente. Em uma agência visitada da Caixa Econômica, o gerente informou que o cliente não poderia escolher uma cesta. O banco escolheria por ele. E, embora diversas cestas constassem do site, elas não estavam disponíveis. Ao procurar a Central de Atendimento, o colaborador da Pro Teste ouviu, primeiramente, que a informação do site era válida. Depois, foi informado de que a que valia era a do gerente. Ou

Chumbo grosso

No meio do tiroteio, o Banco Central se defende. A direção da instituição assegura que vem acompanhando o cumprimento das regras estabelecidas pelas Resoluções 3.516, 3.517 e 3.518, todas de 2007, além de promover ampla divulgação das novas normas em palestras, seminários, cursos e reuniões, inclusive para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Segundo resposta formal do Banco, enviada pela sua assessoria de imprensa, os departamentos de Normas e Fiscalização fizeram esclarecimentos complementares aos bancos nas Cartas-Circulares números 3.295 e

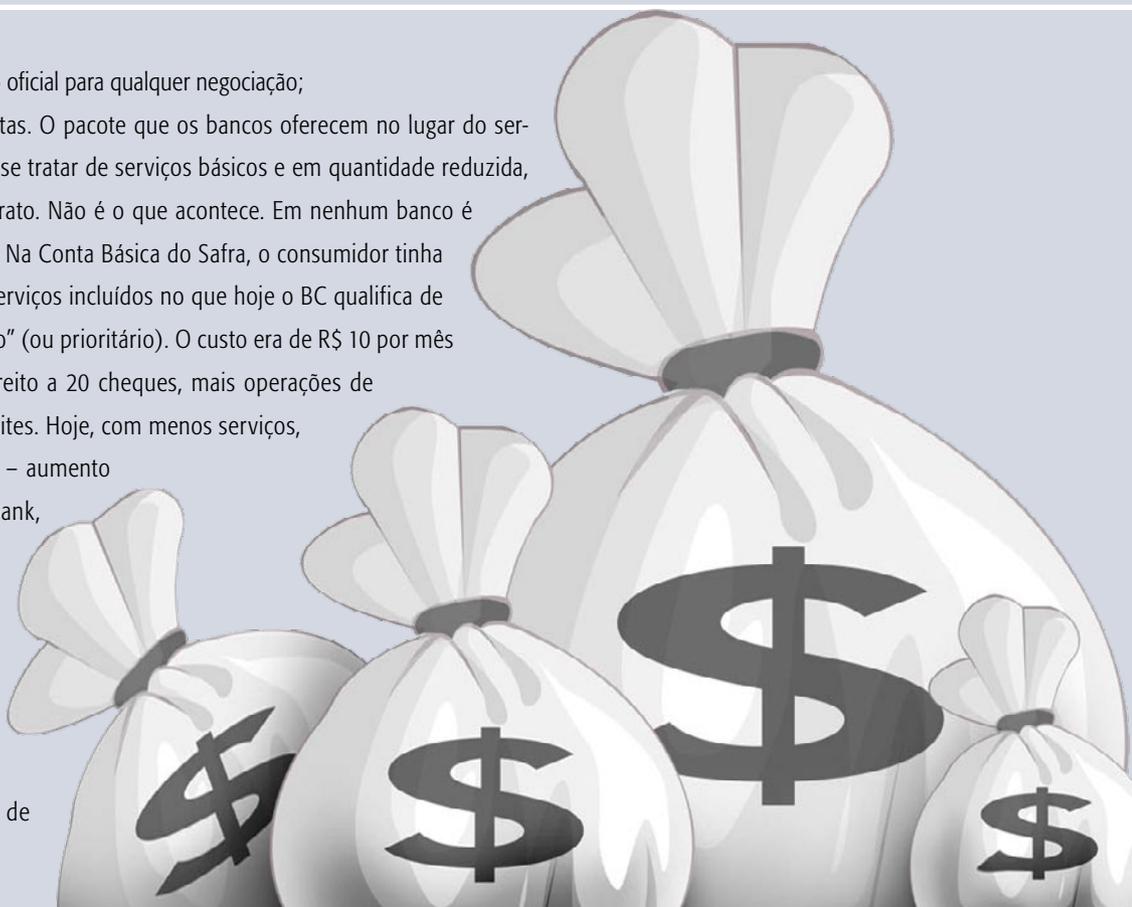
3.314, com datas de 1º de fevereiro e 30 de abril de 2008, respectivamente. “Para o ano 2008, estão previstas fiscalizações nas principais instituições financeiras para verificar o cumprimento das resoluções”, garante a direção do BC.

O deputado Vital do Rêgo Filho, porém, diz que também aguarda resposta do BC aos dois ofícios de pedidos de esclarecimentos, encaminhados formalmente pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados. Num deles, pede que se investigue e esclareça o ardil usado pelos bancos para impedir que o cliente liquide antecipadamente seus débitos. “As instituições

financeiras criaram uma tarifa para o bom pagador que, de tão extorsiva, impede a liquidação antecipada do empréstimo. Isso é completamente ilegal, fere o próprio Código do Consumidor, independentemente de qualquer regulamentação”, assegurou. Por isso, ele acredita que, em breve, os diretores do BC serão chamados para a nova audiência pública na Câmara dos Deputados. “Não temos o poder de polícia, nem de investigar. Quem deve cuidar disso é o BC. A nós, cabe chamá-los para explicar o que está sendo feito para impedir que os bancos continuem burlando as regras criadas com aceitação deles próprios.”

seja, não há respaldo oficial para qualquer negociação;

Ciranda das cestas. O pacote que os bancos oferecem no lugar do serviço prioritário, por se tratar de serviços básicos e em quantidade reduzida, deveria ser mais barato. Não é o que acontece. Em nenhum banco é a cesta mais barata. Na Conta Básica do Safra, o consumidor tinha acesso a todos os serviços incluídos no que hoje o BC qualifica de “pacote padronizado” (ou prioritário). O custo era de R\$ 10 por mês e o cliente tinha direito a 20 cheques, mais operações de DOC e TED sem limites. Hoje, com menos serviços, o custo é de R\$ 28 – aumento de 180%. No Citibank, houve um aumento de 159%: a cesta padronizada passou de R\$ 17 para R\$ 44. O Banco Real aumentou-a em 200%: passou de R\$ 9 para R\$ 27.



Adesão a pacotes não impede uso de serviços gratuitos

Consultado sobre as denúncias feitas pelas entidades de defesa do consumidor, o Banco Central pediu à sua assessoria de imprensa que respondesse, por escrito, às perguntas encaminhadas pela revista *Por Sinal*:

■ As entidades de defesa do consumidor afirmam que os bancos estão burlando a Resolução 3.518/07, que regulamentou as tarifas bancárias. O Banco Central tem comprovado essa reação das instituições financeiras?

A Resolução 3.518, de 2007, gerou efeitos sobre as instituições financeiras a partir de 31/3/2008, quando passaram a divulgar as tabelas com as novas tarifas. As instituições estão sendo fiscalizadas quanto ao cumprimento dessa norma, com base nos procedimentos estabelecidos no Manual de Supervisão e disposições complementares. Em se detectando irregularidade, as equipes de fiscalização adotam os procedimentos previstos, o que inclui determinação para que as instituições promovam a imediata regularização. Dependendo da gravidade da ocorrência, são aplicadas as punições previstas, após o devido processo administrativo.

■ Segundo os dirigentes das mesmas entidades, foram enviados diversos pedidos formais para que o Banco Central deixe mais claros alguns itens da Reso-



lução 3.518/07. Segundo o Idec e a Pro Teste, há muitas áreas cinzentas e os bancos estão interpretando a resolução de maneira própria. O Banco Central pensa em baixar qualquer norma ou ofício alterando certos itens que não ficaram claros na Resolução?

O Banco Central vem acompanhando a implementação das regras estabelecidas pelas Resoluções 3.516, 3.517 e 3.518, de 2007, além de promover ampla divulgação das novas normas, por meio de palestras, seminários, cursos e reuniões, inclusive para o Sistema Nacional de Defesa do Consu-

midor. Em decorrência, foram editadas as Cartas-Circulares 3.295, de 1º de fevereiro de 2008, e 3.314, de 30 de abril de 2008, com esclarecimentos complementares.

■ Os dois institutos alegam que também não há qualquer fiscalização no cumprimento das medidas instituídas. De que forma o BC vem fiscalizando o cumprimento da Resolução das tarifas bancárias? No ranking do próprio Banco, em julho, as tarifas lideraram as reclamações, tendo caído para a 12ª posição em agosto.

O Banco Central do Brasil possui sistema de acompanhamento contínuo das instituições financeiras. Nesse acompanhamento, avalia-se, entre outros aspectos, o cumprimento de normas pelas instituições, inclusive daquelas referentes a tarifas bancárias. Os trabalhos de fiscalização são executados de acordo com diretrizes constantes do Manual de Supervisão e com a Programação Anual de Supervisão (PAS), na qual são consolidadas as atividades planejadas para todas as unidades da Área de Fiscalização. Para o ano 2008, estão previstas fiscalizações nas principais instituições financeiras para fins de verificação do cumprimento das Resoluções mencionadas na resposta anterior. As fiscalizações estão sendo realizadas conforme o planejamento.

Além das fiscalizações diretas nas instituições, a Área de Fiscalização analisa, periodicamente, as tabelas divulgadas nos sítios eletrônicos das instituições financeiras para aferição da conformidade das tarifas com as normas específicas. Nesse trabalho, apurou-se que algumas instituições, de fato, haviam relacionado, em suas tabelas, tarifas não previstas na regulamentação. Nesses casos, o Banco Central determinou às instituições que procedessem à imediata regularização.

■ **A Pro Teste fez uma pesquisa entre os 12 maiores bancos e constatou que nenhum deles oferece o pacote padronizado. Depois de muita insistência, os bancos informaram que o pacote padronizado era apenas uma referência**

para o mercado. Ou seja, ele não existe. É fato que é apenas uma referência ou os bancos precisam oferecê-lo aos clientes? Os clientes podem usar serviços avulsos sem aceitar os pacotes impostos pelos bancos?

É obrigatório o oferecimento a pessoas físicas do pacote padronizado de serviços prioritários, conforme dispõe o art. 6º da Resolução 3.518, de 2007, respeitada a composição prevista na Tabela II da Circular 3.371, de 2007. As instituições podem, também, oferecer pacotes distintos aos seus clientes, contendo outros serviços, de acordo com sua estratégia operacional. O art. 7º da mencionada norma estabelece que são prerrogativas do cliente a utilização e o pagamento por serviços individualizados, sem a adesão a nenhum pacote, ou a utilização e o pagamento, de forma não individualizada, de serviços incluídos em pacote.

A adesão a pacotes de serviços não impede o cliente de utilizar os serviços gratuitos nos termos do art. 2º da Resolução 3.518, de 2007. Para os descumprimentos às normas, valem as observações constantes das respostas aos itens anteriores.

■ **O Idec afirma que os bancos não cumprem a Resolução que os obriga a esclarecer aos clientes o Custo Efetivo Total (CET) do empréstimo. Qual a medida que o BC pensa em adotar diante dessa denúncia?**

O cumprimento da norma que estabelece a obrigatoriedade do fornecimento do Custo Efetivo Total

(CET) – Resolução 3.517, de 2007 – é também objeto de fiscalização, na forma mencionada na resposta referente ao item 3. Todas as denúncias que chegam ao Banco Central recebem o devido tratamento pelas equipes de fiscalização.

■ **O Procon vem efetuando um estudo sigiloso sobre a atuação dos bancos após as medidas que regulamentaram as tarifas. Mas de antemão alerta que os bancos não estão obedecendo à nomenclatura da regulamentação, que os clientes não têm nenhuma informação nem qualquer cópia do contrato de serviço efetivado com as instituições financeiras.**

A nomenclatura para os serviços prioritários, definida na tabela I da Circular 3.371, de 2007, tem por objetivo facilitar a leitura dos extratos pelos clientes e a comparação de preços em todo o Sistema Financeiro Nacional. A entrega ao cliente de cópia do contrato firmado é obrigatória, por força do disposto no inciso IV do artigo 1º da Resolução 2.878, de 2001.

A verificação do cumprimento dessas normas faz parte do conjunto de procedimentos para fiscalização de tarifas.

Eventuais descumprimentos de normas recebem o devido tratamento, de acordo com o Manual de Supervisão e disposições complementares. É importante lembrar que o Banco Central, no cumprimento de sua missão institucional, busca continuamente o aperfeiçoamento do arcabouço regulamentar. 

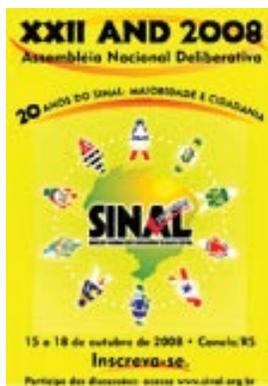
Sinal reafirma a defesa dos servidores e da sociedade



ENCONTRO REUNIU 85 DELEGADOS QUE, DURANTE 4 DIAS, DISCUTIRAM TEMAS POLÊMICOS, COMO A ATUAL POLÍTICA MONETÁRIA E O FUTURO DO SINDICALISMO BRASILEIRO

O Sinal realizou, de 15 a 19 de outubro, em Canela, no Rio Grande do Sul, uma das mais expressivas reuniões de caráter deliberativo dos servidores do Banco Central: a 22ª Assembléia Nacional Deliberativa (AND). “Foi, certamente, a mais par-

ticipativa e com o maior número de delegados eleitos”, avalia o presidente do Sinal-Nacional, David Falcão, considerando um imenso desafio promover



maram decisões inéditas não só para os servidores, mas também para a sociedade brasileira. Eles deliberaram sobre carreira, organização e funciona-

mento do sindicato e sobre o papel do BC, discutindo a política monetária. E resolveram, por exemplo, pressionar mais o BC para que a instituição assumira o papel de fiscalizador do sistema financeiro e de árbitro das relações entre usuários e bancos.

Com um debate qualificado e enfrentando temas polêmicos, os 85 delegados presentes – dos quais 65 eleitos nas regionais e 20 representantes natos do Conselho Nacional – to-

maram decisões inéditas não só para os servidores, mas também para a sociedade brasileira. Eles deliberaram sobre carreira, organização e funciona-

mento do sindicato e sobre o papel do BC, discutindo a política monetária. E resolveram, por exemplo, pressionar mais o BC para que a instituição assumira o papel de fiscalizador do sistema financeiro e de árbitro das relações entre usuários e bancos. Os delegados se envolveram em discussões sobre as condições de trabalho de muitos funcionários e decidiram reduzir as mensalidades pagas ao Sinal. “As contribuições caíram de 0,8% para 0,69% do salário bruto dos sindicalizados. Além disso,

ao final de cada exercício, o resultado será devolvido ao filiado sob a forma de isenção de mensalidade no ano seguinte”, revelou David. Ele frisou que a assembléia de Canela foi também a maior da história do Sinal e a que teve a pauta mais extensa de todas as realizadas até agora.

O diretor de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional, Alexandre Wehby, por sua vez, destacou que esta foi a primeira vez que os servidores aprovaram diretrizes para tantas questões de interesse público, citando um exemplo bem significativo: os delegados da AND se posicionaram claramente ao lado do consumidor, através da aprovação de um Manifesto em defesa dos direitos dos usuários do sistema financeiro nacional. O documento foi publicado na revista Carta Capital que circulou na primeira semana de novembro (veja a íntegra do documento na página 32).

Esse lado mais maduro, e pouco corporativo, dos servidores se cristalizou em decisões importantes para o cidadão brasileiro, como a criação de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de formular um projeto de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e de outros dois para tratarem de assuntos relativos à defesa dos direitos do consumidor, como tarifas e *spread* bancário. “Os GTs ainda não foram constituídos, mas terão um ano para elaborar estudos detalhados sobre esses assuntos”, adiantou Alexandre.

O futuro do sindicato

Sem dúvida, os representantes eleitos para a 22ª AND deixarão digi-

PRÓXIMOS PASSOS

Outras decisões de caráter estratégico da 22ª AND de Canela sinalizam que o Sinal deve:

q Influenciar para que a missão e a estratégia do Banco Central sejam ampliadas, para abranger responsabilidades pelo crescimento econômico e emprego;

w Envidar esforços a favor da sustentação do crescimento econômico no nosso país devido à necessidade social;

e Trabalhar pela integração dos órgãos que compõem o fórum das Carreiras Típicas de Estado, visando formatar e aperfeiçoar a legislação do Projeto de Lei Delegada (PLD), com a institucionalização de força-tarefa, e conferir maior poder de fiscalização ao Banco Central.

r Posicionar-se publicamente, via meios de comunicação adequados, com divulgação pelos canais internos do Sinal, sobre temas institucionais do Banco Central, inclusive quanto a omissões ou decisões de governo quando ferirem os interesses da sociedade em geral.

tais impressas na história do BC. Não por acaso, o encontro se prolongou até domingo. “A Assembléia estava prevista para terminar no sábado, mas as discussões se estenderam até as 4 horas da manhã de domingo, com um quórum surpreendente de 79 delegados”, disse David, para quem o conjunto das deliberações voltadas para a defesa do interesse público será fundamental na definição do futuro do Sinal.

O ineditismo da reunião de Canela não se restringiu às deliberações nas áreas econômicas e em defesa do consumidor brasileiro. Ao mesmo tempo em que manifestaram a convicção de que o Banco Central não deve ter apenas a função de normatizar e supervisionar o SFN, mas também a de tutelar as relações entre os consumidores e as instituições financeiras, seus delegados se impuseram ainda à tarefa de aprovar questões relativas ao perfil que a categoria deseja imprimir ao novo Sinal, de

definir um conjunto de ações capazes de coibir o crime de lavagem de dinheiro e de elaborar um documento crítico à atuação do Departamento de Segurança (Deseg) do Banco.

É que, na avaliação dos representantes dos funcionários, o Deseg, criado como resposta apressada ao assalto ao BC, em Fortaleza, no ano 2005, nasceu sem planejamento, sem gestão ou recursos e, por isso, cometeu um grave erro, que gera insatisfação até hoje: recrutar servidores recém-concursados, na sua imensa maioria técnicos, que entraram para executar atividades não-especificadas no edital.

Novo encontro

O tempo dedicado à discussão e deliberação dos temas pautados para os grupos foi insuficiente para cobrir toda a 22ª AND. Por exemplo, o terceiro grupo de discussão, cujo tema era “Carreira – Estrutura e Remuneração”, não con-



O presidente do Sinal participa da mesa de abertura do encontro

seguiu concluir seus trabalhos. Presidido por Carlos Alberto Affei e coordenado por Bruna Quadros e Jaqueline Medeiros, o grupo tinha também a tarefa de definir os princípios e as diretrizes do futuro Sinal. Resultado: devido à importância do tema, o CN optou por realizar a 23ª AND na primeira quinzena de março de 2009, para retomar a discussão interrompida. Para esse novo encontro, serão eleitos outros 65 delegados de base, em assembleias regionais, que se somarão novamente aos 20 representantes natos que integram o Conselho

Manifesto de Canela

A decisão de usar meios de comunicação para divulgar a posição do Sinal já começou a ser cumprida com a publicação do Manifesto de Canela, na revista Carta Capital. Abaixo, na íntegra, o documento assinado pelo Sinal.

“O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) vem a público manifestar sua preocupação com a crescente perda de atribuições que o Banco Central do Brasil vem sofrendo no exercício de suas prerrogativas, como a defesa dos direitos dos cidadãos, usuários do Sistema Financeiro Nacional, decorrentes de sua função normativa do SFN.

Em particular, destaca-se a atuação da instituição no atendimento às denúncias e reclamações dos clientes dos serviços financeiros, que em função do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade no 2.591-1 – por meio da qual o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações entre as instituições financeiras e o cidadão – tem a legalidade das Resoluções nºs 2.878/01 e 2.892/01, que amparam as ações da autarquia no atendimento à sociedade, questionada pelas instâncias de poder do Banco Central do Brasil.

Ao contrário desse entendimento, é nossa convicção de que é dever do Banco Central do Brasil tutelar as relações entre os usuários e as instituições sob sua supervisão e fiscalização, de forma concomitante com os órgãos de defesa dos direitos dos

cidadãos, tais como o Ministério Público e os Procons, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Ademais, é notório que a sociedade brasileira reconhece o Banco Central como a entidade responsável não somente por normatizar, mas também por exigir o cumprimento das leis e normas que regem o relacionamento dos cidadãos com as instituições financeiras.

Destacamos que o Banco Central do Brasil e seus servidores têm a expertise necessária e indispensável para resguardar os direitos dos cidadãos diante de eventuais irregularidades cometidas pelas instituições que prestam serviços financeiros, uma vez que, no exercício de suas atribuições e de outras correlatas de regulação e supervisão do sistema financeiro, a autarquia conta com enorme volume de informações e pessoal qualificado.

O entendimento de que a defesa dos direitos do consumidor não é afeta ao Banco Central não só prejudica o cumprimento das atribuições legais da autarquia, como também trará danos significativos à sociedade, que perderá um importante instrumento de garantia da cidadania.”

Centrus continua segura e zera contribuições

Recursos garantidores dos benefícios estão aplicados em renda fixa

A crise financeira que vem causando estragos no mundo inteiro não tirou a tranquilidade dos participantes da Centrus. O fundo de pensão dos antigos funcionários do Banco Central continua inspirando segurança para todos os seus assistidos, graças à estrita obediência à sua conservadora Política de Investimentos, cuja prioridade é garantir que os recursos das reservas matemáticas do plano de benefícios da Fundação estejam integralmente aplicados em ativos de renda fixa (títulos públicos federais), de modo a poder honrar todos os seus compromissos com o pagamento de benefícios.

Outro fato que atesta a solidez da Centrus foi a zeragem das contribuições (7,5% dos proventos) dos participantes assistidos, em setembro, com vigência retroativa a fevereiro deste ano. Os valores que haviam sido descontados desde aquele mês já foram devolvidos aos aposentados. “A Centrus já não depende das contribuições pessoais e patronais para garantir as aposentadorias e pensões de sua responsabilidade”, disse o diretor-presidente, Helio Brasileiro.

A autorização para a zeragem foi dada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), após aprovação do patrocinador Banco Central, que, em outubro, também autorizou a elevação da cota básica das pensões por morte, de 50% para 60%, o que beneficiará praticamente todos os grupos familiares de pensionistas, informa o diretor de Benefícios, Antonio Francisco de Assis. Este último item ainda passará pelo crivo da SPC.

Renda fixa – Manter a segurança do pagamento dos benefícios mesmo com a turbulência financeira é possível porque, nos últimos dois anos, a Fundação alocou em sua carteira de renda fixa um volume de títulos públicos federais com

o mesmo indexador dos compromissos atuariais e com juros superiores, suficientes para garantir o pagamento da totalidade dos benefícios atuais e futuros de sua responsabilidade.

Assim, em momentos adversos da Bolsa de Valores, a Centrus não precisa vender seus ativos de renda variável para cumprir com seus compromissos financeiros, evitando a chamada “realização do prejuízo”, pois tem liquidez garantida em títulos públicos com vencimentos compatíveis com a realização de suas despesas. O diretor de Aplicações, Daso Coimbra, informou que as aplicações em renda fixa chegam a 63,0% dos recursos investidos, enquanto a renda variável representa 30,1% (dados relativos a outubro).

Recuperação – Durante uma crise, os preços das ações não refletem o risco individual de cada companhia, nem sua cotação justa, devido à falta de liquidez e ao risco sistêmico do mercado. Passada a crise, como as ações que compõem a carteira da Fundação são de empresas sólidas e com ótimas perspectivas, os fundamentos dessas empresas voltam a ser a motivação principal na precificação das suas ações. Ou seja, no longo prazo, a carteira de renda variável da Centrus tem condições de recuperar, plenamente, as perdas atuais desta modalidade de investimento.

A correta política de investimentos da Centrus evidencia, mesmo diante da turbulência no mercado, que a Fundação é uma opção adequada para gerir também o fundo de pensão dos atuais funcionários do Banco Central, no momento em que se discutem, no Congresso, a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos e a criação da entidade encarregada de sua gestão, a Funpresp.

Duro aprendido na escola sindical

Carioca do bairro antes conhecido como Engenho Velho, hoje parte da Tijuca, Maria Inez d'Abreu e Souza nem desconfiava da surpresa que a vida lhe reservava, quando foi até o Sinal entrar com mais uma das dezenas de ações trabalhistas contra o governo federal, movidas pelo Sindicato. Ela, que cresceu odiando política, por conta das intermináveis discussões familiares entre sua mãe, Alexandrina, ferrenha comunista, e seu pai, Gentil, udenista ardoroso, acabou tendo de ler muito sobre o tema e se envolver com o assunto. Deve-se agradecer a mudança ao ex-presidente cassado Fernando Collor de Mello: de tanto chamar servidor público de marajá, ele conseguiu a proeza de alterar o destino de Maria Inez, para alegria dos funcionários do Banco Central, que conquistaram uma aguerrida e doce militante.

Até o ano 1995, quando se aposentou como celetista, a vida de Maria Inez corria sem muitos sobresaltos. Uma decisão governamental, no ano seguinte, tornou servidores públicos, regidos pelo RJU, todos os funcionários do BC aposentados depois de 1990. "Deixei o BC em 1995, cheia de projetos de uma nova vida, quando fui surpreendida pela decisão, que me tornou uma funcionária pública federal aposentada", diz ela, lembrando o dia em que começou a trabalhar no Sinal: 1º de outubro de 2002. "Fui ao Sindicato entrar com mais uma ação contra o governo e, lá, descobri que tinha outros colegas de



Inêz junto a colegas do Sinal

trabalho com os mesmos problemas: sem um tostão no bolso e sofrendo os efeitos da raiva da população contra os marajás.”

Foi dessa maneira que Maria Inez passou a escrever os textos do informativo Apito Brasil, no melhor estilo Machado de Assis, como ela mesma descreve. “Eu sempre acreditei que informar era explicar todos os pormenores dos acontecimentos que envolviam o funcionalismo do BC. Acabava fazendo textos longos demais, os quais alguns diretores pediam para enxugar, porque, daquela maneira, o pessoal não ia ler. Eu achava isso um absurdo, mas depois entendi que os boletins não eram propriamente jornais de domingo, que você lê todo, sentado na varanda.”

Escola de texto e de vida

Alguns textos ficaram gravados na memória de Maria Inez. É o caso dos dedicados à reforma da Previdência, executada pelo presidente Lula, e de outro que alertava sobre a ameaça explícita de colapso do plano de saúde exclusivo dos servidores, o PASBC. “Eu me lembro de ter escrito um, em particular, em que anunciava, tintim por tintim, como gostava de fazer, as conseqüências de nossa saída do PASBC para o Fundão do SUS”, conta. Machadiano ou não, a repercussão do texto sobre o processo de corrosão do plano foi gigantesca. “Só então, a maioria absoluta dos servidores passou a



ter a clareza de que alguma coisa precisava ser feita para impedir o desastre.” Viva Machado de Assis!

O Sinal também foi uma boa escola dos meandros institucionais do país, revela Maria Inez. “Depois que a gente faz parte de um sindicato, passa a conhecer melhor como as coisas funcionam, descobre que seus dirigentes não são milagreiros, nem a entidade é panacéia para todos os males. Os meandros institucionais têm uma mecânica própria de funcionamento, não adianta tentar colocar o carro adiante dos bois.” Ela acredita que essa visão contribuiu para serenar os ânimos de servidores do BC que a procuravam no Sindicato e fez com que a confiança deles na entidade aumentasse.

Brasileira sem ilusões

Confiança no Brasil, porém, ela perdeu. “Continuo sendo brasileira de me emocionar com o Hino, mas não tenho mais ilusões”, afirma, acrescentando que perdeu esse sentimento em relação às instituições nacionais. “Elas se esboroam a olhos vistos, a cada dia surge uma nova história de podridão – tráfico de influência, corrupção, nepotismo e desvio de verbas. O pior é que, nas grandes cidades, nem podemos mais chamar o ladrão. Eles também não são mais os simples e romantizados ‘larápios’ da música de Chico Buarque.” Conforto mesmo ela só encontra nos heróis anônimos – “todos aqueles que trabalham, de segunda a sexta, para sustentar os filhos e mantê-los longe de más influências. Enfim, os que cumprem com a sua pequena parte na trajetória humana”.

Hoje, Maria Inez está nos Estados Unidos, onde passa uma temporada curtindo os dois netos, Tomaz e Aurora. “Para mim, ser avó é o céu da vida, e meu grande prêmio pelo ‘conjunto da obra’”, diz, empolgada entre trocas de fraldas e brincadeiras de “Mulher Gata” e “Spider Man”. E, assim como em seus textos, faz questão de explicar direitinho onde vive: “Estou em Irvine, na Califórnia, a 15 minutos da Disneylândia (a original, fundada em 1957), a meia hora de Los Angeles (que fica ao Norte) e a 60 minutos de San Diego (que se situa ao Sul de Irvine).” Alguém ainda tem alguma dúvida? **S**

A luta pela qualidade do serviço público



FÓRUM REÚNE 26 ENTIDADES CLASSISTAS NA DEFESA DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) foi criado em 2006 para promover a união de esforços em defesa dos interesses e direitos das carreiras típicas de Estado. Dois anos depois, reúne 26 entidades classistas de abrangência nacional, da União, estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Com a aprovação e o registro do estatuto, em 11 de dezembro de 2007, o Fórum passou a ter personalidade jurídica e organicidade necessárias ao encaminhamento de todas as reivindicações das categorias representadas.

“Um dos nortes do movimento é a defesa do interesse comum e do serviço público, muito importante, prin-

cipalmente, para a população mais carente”, diz Roberto Kupski, presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). “A qualidade do serviço público é tema constante de debate do Fórum. E como levá-lo à população é um fundamento do estado democrático de direito. Para isso, é preciso melhorar os serviços essenciais, como a segurança e a saúde.”

O Fonacate não é o primeiro movimento do gênero. Antes, na época da reforma Administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, havia surgido o Movimento em Defesa do Estado Brasileiro. Ele ainda existe, mas é menos ativo.

Depois, criou-se o Fonacate. E, para dar mais agilidade a ele, a Frente de Carreiras Típicas de Estado. Formada na retomada da campanha salarial de janeiro até a edição das Medidas Provisórias nºs 440 e 441, em agosto, a Frente é composta por entidades representativas do Banco Central, da Advocacia e Defensoria

Pública Federal e do chamado Ciclo de Gestão e do Grupo Fisco (entidades da antiga Receita Federal, auditores da Previdência Social e do Trabalho).

Novos desafios

“A Frente se formou em meio à convergência de calendário e de pontos das pautas de reivindicação de carreiras consideradas como típicas ou exclusivas de Estado. Essa identidade teve como consequência a aglutinação dessas carreiras, que terá como consequência o fortalecimento do Fonacate, visto que várias outras entidades já formalizaram o seu pedido de adesão ao Fórum”, diz David Falcão, presidente do Sinal. “A Frente não acabou com campanhas. Ela tem agora um novo desafio: defender, no Congresso Nacional, as emendas às MPs 440 e 441. Isso vai demandar ação conjunta, porque dispositivos lesivos às carreiras foram introduzidos e terão de ser revistos.”

Tanto a Medida Provisória nº 440 como a nº 441 são de 29 de agosto de 2008 e tratam do mesmo assunto:



a reestruturação da composição remuneratória de diversas carreiras típicas de Estado. A primeira abrange, por exemplo, a Auditoria da Receita Federal e o Banco Central, abarcando ainda os diplomatas e os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Já a MP nº 441 trata da reestruturação

da carreira de oficial de Chancelaria, do Plano Especial de Cargos da Embratur, Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos agentes penitenciários federais.

O Fonacate elaborou emenda ao Projeto de Lei nº 1.990/2007, que trata do reconhecimento das

centrais sindicais. É contrário ao PLP nº 92/2007, que trata da criação de fundações públicas estatais e não-estatais (privadas). E, também, subcreve uma emenda ao Projeto de Lei 1.992/2007, da Previdência Complementar da União, contrária à inclusão das carreiras típicas do Estado neste regime de previdência, tendo em vista as suas especificidades.

“Um dos principais mandamentos do estatuto é a defesa da previdência pública e estatal para os servidores, não limitada pela visão de previdência complementar, mas sim da aposentadoria integral”, esclarece Roberto Kupski.

Outro foco da Frente diz respeito a uma novidade introduzida, quase que na surdina, no serviço público, no começo de setembro. Trata-se da cobrança compulsória do imposto sindical aos servidores públicos. Isso foi objeto da instrução normativa do Ministério do Trabalho, procurando regulamentar dispositivos da Lei 11.748.

Uma característica comum ao Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado e à Frente de Carreiras Típicas de Estado é a desvinculação das seis centrais sindicais. “Essas entidades não se vêem representadas por nenhuma das centrais. Uma das restrições que se fazem é que todas as centrais, sem exceção, estão vinculadas, sob controle ou sob a influência de uma ou mais legendas partidárias”, afirma David Falcão. “Esse distanciamento é importante porque entendemos que carreiras típicas de Estado estão, antes de tudo, a serviço

UNIÃO QUE FAZ A FORÇA

Entidades que integram o Fonacate

Sínal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

Conamp – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Adepol Brasil – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

ANDPU – Associação Nacional dos Defensores Públicos da União

Febrafite – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais

Amebrasil – Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil

Anadep – Associação Nacional dos Defensores Públicos

Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social

ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais

Fenafim – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais

Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual

Unacon – União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle

Unafisco Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

Fenafisp – Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social

Sinait – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sindilegis – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do TCU

ANMP – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social

Unafe – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil



“A euforia especulativa acabou. Acho que pagaremos um preço alto”

Autor de diversos livros com o selo de sua editora, a Contraponto, e articulista do jornal Folha de São Paulo, César Benjamin esteve recentemente no epicentro da crise mundial, os Estados Unidos. Lá, foi um expectador privilegiado das mudanças ocorridas no país que há décadas impõe seu modelo capitalista “administrador do dinheiro” ao resto do mundo. Nesta entrevista à revista Por Sinal, ele confessa a sua surpresa com a nova primeira-dama dos EUA, Michele – “cultu, inteligente, carismática, uma grande liderança” –, diz que não dar cheque em branco para o presidente eleito, Barack Obama, mas espera que ele reconheça que “nenhum país pode liderar o mundo sem construir um alto grau de cooperação”. Menos otimista com os rumos do Brasil, César Benjamin se diz convicto de que vamos pagar um preço alto por anos de euforia especulativa. “Podemos antever um grande déficit externo em 2009. O investimento diminuirá. Os salários reais sofrerão grande perda. Não vejo nenhuma blindagem contra isso”.

■ A crise norte-americana está sendo vista como a “queda do muro” do neoliberalismo. Com raras exceções, a maioria dos ideólogos do Estado mínimo e da auto-regulação do mercado agora defende a intervenção do Estado na economia, especialmente para salvar bancos e empresas. Até que ponto, em sua opinião, essa tendência intervencionista é episódica? Será que ela não prenuncia um novo tempo, o do pós-neoliberalismo?

Como ideologia, o neoliberalismo certamente não morrerá, pois nenhuma ideologia se subordina a fatos. Elas reinterpretam os fatos, de modo a digeri-los. O que mudará é o lugar do neoliberalismo e sua relação com as demais escolas. Ele havia se tornado arrogante, reivindicando em economia a condição, epistemologicamente impossível, de

pensamento único, o que é bastante ridículo.

A idéia de que possa existir um pensamento único pressupõe que a realidade seja evidente. É uma contradição em termos, pois se a realidade fosse evidente o próprio pensamento seria desnecessário. Viveríamos em um mundo de meras constatações. A humanidade descobriu há milênios que objetos, situações e relações não se deixam conhecer imediatamente. Precisam ser interpretados. Por lidar com interpretações, o pensamento está condenado à pluralidade. Nenhuma interpretação esgota o real. Sempre alguma coisa fica de fora.

Não existe pensamento único. Existe pensamento hegemônico, aquele que, em certo período, se transforma em senso comum. Mas o destino de qualquer pensamento



hegemônico é atrair a mediocridade, que adora o senso comum. Por isso, em cada período, paradoxalmente, o pensamento mais vigoroso tende a concentrar-se no pólo contra-hegemônico. Nos últimos anos, já era visível que o neoliberalismo se esgotava, tanto prática como teoricamente. Quando uma corrente chega a ponto de reivindicar a condição de pensamento único é um sinal de que sua hegemonia está no fim, pois caiu nas mãos de gente muito ignorante.

■ **Com a profunda crise no sistema financeiro e na economia norte-americana, e os gastos cada vez maiores do governo para combatê-la, a confiança no dólar pode ficar abalada? Existem alternativas ao dólar como reserva de valor?**

A economia mundial nunca foi neoliberal. Poder político e militar, intervenções dos Estados, altas doses de planejamento em setores estratégicos, protecionismo, tudo isso sempre esteve aí. O que manteve a ordem mundial em funcionamento foi um mecanismo tipicamente keynesiano: a sustentação da demanda efetiva por meio da emissão de dívidas. Com o fim do padrão de Brentton Woods e a imposição do padrão dólar flexível, a sociedade americana expandiu fantásticamente sua capacidade interna e externa de endividamento e acostumou-se a viver muito acima de seus próprios recursos. Hoje, ela funciona no interior de um complexo econômico que inclui o leste da Ásia, o principal pólo superavitário do sistema. Nenhum dos dois pólos pode ser analisado

sozinho, e a forma como essa relação vai evoluir será decisiva para definir os contornos do mundo depois da crise.

Hoje, se o dólar desabasse, todos desabariam, pois todos são credores em dólar. Teríamos uma depressão inimaginável. A coisa mais difícil na economia internacional é

transitar de um padrão monetário a outro. O trânsito da libra para o dólar exigiu duas guerras mundiais, uma solução que atualmente está afastada.

Isso não quer dizer que as coisas fiquem paradas onde estão. No sistema mundo contemporâneo, a existência de um centro esmagadoramente hegemônico só pode ser uma situação excepcional e transitória. A unipolaridade criada no imediato pós Guerra Fria não é uma configuração estável. Creio que ainda veremos um desdobramento dentro do padrão atual, mas com um aumento de arranjos regionais que sinalizam maior grau de multipolaridade. Os Estados Unidos terão que se adaptar.

■ O que a crise norte-americana deixa como lição? O que precisa ser corrigido?

Há mais de 20 anos, Hyman Minsky advertia que os Estados Unidos haviam transitado para o que ele denominou “capitalismo administrador de dinheiro”. À frente do sistema não mais estavam capitães de indústria, mas gestores de ativos líquidos. A imposição, ao mundo, dessa forma de gestão da riqueza ganhou um nome de fantasia: globalização. Exigiu a construção de um espaço financeiro homogêneo para além das fronteiras dos EUA. A finança tornou-se global, mas a moeda continuou nacional, o dólar. Os países que se atrelaram a esse sistema volátil precisam proteger-se acumulando reservas, ou seja, esterilizando seus próprios recursos em títulos do Tesouro dos EUA. Financiados assim pelo mundo, puderam os EUA nesta década, ao mesmo tempo, manter déficits estratosféricos, generalizar endividamentos, fazer guerras, cortar impostos e aumentar o consumo, tudo isso com

“O capitalismo administrador de dinheiro é um sistema complexo. Não creio que esse sistema possa se reformar. Associado ao padrão dólar flexível, está se tornando completamente disfuncional para o mundo, mas não temos instituições capazes de conduzir uma transição ordenada. Esse é o dilema”.

um desempenho econômico rastejante, o mais baixo crescimento desde a Segunda Guerra Mundial. É uma combinação incrível, tornada possível porque a gigantesca e crescente dívida “externa” do país e os preços dos produtos que importa estão expressos na moeda que ele mesmo fabrica.

O capitalismo administrador de dinheiro é um sistema complexo, que criou raízes fundas na sociedade americana e na geopolítica do Estado. Não creio que esse sistema possa se reformar. Associado ao padrão dólar flexível, está se tornando completamente disfuncional para o mundo, mas não temos instituições capazes de conduzir uma transição ordenada. Esse é o dilema.

■ Você esteve recentemente nos EUA, a convite de universidades americanas, para dar palestras sobre a atual crise. Nesse contato estreito com professores e estudantes, deu para sentir o que os americanos esperam do novo presidente? Qual a expectativa do setor mais conservador – 48% – que não votou em Obama?

Pareceu-me que se ampliam as distâncias entre os vários Estados Unidos. Eles têm o que há de melhor e o que há de pior – têm gente cosmopolita e aberta, principalmente nas cidades litorâneas, mas também têm gente preconceituosa e tacanha, principalmente nas regiões centrais do país. Assisti a comícios da campanha de McCain em que, a cada referência a Obama, a multidão gritava “Kill him! Kill him!”. Na noite da eleição, McCain fez um discurso digno, reconhecendo a derrota, mas foi vaiadíssimo por seus seguidores, que não queriam essa linguagem. Identificam-se com a figura caricata de Sarah Palins.

Para mim, a mais grata surpresa foi ver Michele Obama, a mulher do presidente eleito: culta, inteligente, carismática, uma grande liderança. Quando a ouvi falar pela primeira vez, decidi “meu voto”. Pensei: pelo menos o presidente dos Estados Unidos vai ter uma pessoa assim ao seu lado. Além disso, era visível que a eleição de Obama tinha um forte sentido simbólico em um país em que a questão racial sempre foi e continua a ser tão profunda. Os americanos “do bem” ficaram sinceramente emocionados com a eleição de um negro. Fiquei tocado por esse sentimento.

Seja como for, o Estado americano trabalha sempre com objetivos de longo prazo, e suas políticas básicas têm grande continuidade. Não dou um cheque em branco a Obama, mas espero que ele reconheça que nenhum país pode liderar o mundo sem construir um alto grau de cooperação, principalmente depois dessa crise. Nas últimas décadas os Estados Unidos agiram para dominar e instrumentalizar as instituições internacionais, o que significa deformá-las e enfraquecê-las. Não podem mais agir assim.

■ **Em relação ao Brasil, em que medida a política de metas de inflação e juros altos adotada pelo governo Lula ajudou o país a enfrentar a atual crise em condições mais favoráveis? A economia brasileira está realmente blindada?**

Obtivemos resultados mediocrementemente bons nos últimos anos porque decidimos tirar o máximo proveito do ciclo ascendente do capital especulativo internacional; altas taxas de juros atraíram esse capital, propiciando algumas benesses, mas criando um passivo externo de curto prazo que paira sobre nós como um pesadelo. Inventamos uma variante da “doença holandesa”, de natureza financeira, que manteve apreciado o câmbio, aumentando o poder aquisitivo no curto prazo, mas comprometendo

“Não dou um cheque em branco a Obama, mas espero que ele reconheça que nenhum país pode liderar o mundo sem construir um alto grau de cooperação, principalmente depois dessa crise”.

o sistema produtivo e a competitividade internacional. Beneficiamo-nos do alto preço das *commodities*, típico do ciclo especulativo, aceitando uma especialização regressiva na pauta de exportações. Deixamos escapar, pela conta de serviços e rendas, quase todo o ganho na esfera comercial. Concluímos a desregulamentação do fluxo de capitais, dissolvendo o espaço monetário nacional e abrindo mão de preciosos graus de liberdade para fazer políticas de Estado. Para compensar o câmbio ruim, estimulamos que as empresas entrassem pesadamente na especulação com moedas.

Nosso desempenho foi paradoxal: indicadores conjunturais melhoraram, enquanto a nossa posição estrutural piorava. Fomos mais ou menos bem no período de bonança simplesmente porque o mundo ia bem, mas continuamos a perder posições relativas. Nossos erros ficaram escondidos.

A euforia especulativa acabou. Acho que pagaremos um preço alto. Podemos antever um grande déficit externo no próximo ano, em um contexto em que seu financiamento será caro e difícil. Ficaremos sujeitos a um ataque contra as reservas. Os balanços de fim de ano mostrarão quantas empresas tiveram prejuízos em operações especulativas. O investimento diminuirá. Com a súbita desvalorização cambial, os salários reais sofrerão grande perda. Não vejo nenhuma blindagem a nada disso.

■ **Ao contrário de 1929, quando a recessão fez o crédito refluir, o congelamento atual do crédito se dá em meio à aceleração da atividade econômica em praticamente todos os países. As medidas preventivas adotadas pelo Banco Central & Fazenda no Brasil são suficientes para estimular novamente o crédito e garantir o crescimento da economia? Que outras opções haveria?**

O Estado tem que voltar a controlar as contas externas do país, rapidamente, para recuperar graus de liberdade na definição de suas políticas. Numa economia, como a nossa, que apresenta contas externas his-

“Concluimos a desregulamentação do fluxo de capitais, dissolvendo o espaço monetário nacional e abrindo mão de preciosos graus de liberdade para fazer políticas de Estado. Para compensar o câmbio ruim, estimulamos que as empresas entrassem pesadamente na especulação com moedas”.

toricamente frágeis, quando os capitais se movimentam sem regulamentação, para dentro e para fora, alteram-se, antes de tudo, as relações de poder. Pois a movimentação sem regras de riqueza financeira impede o controle e até mesmo o cálculo da taxa de câmbio, ameaçando, com esse descontrole, desorganizar todo o sistema de preços em que se baseia a economia real. Como o mercado de câmbio é volátil, sensível a movimentos especulativos, o capital financeiro adquire desse modo um poder de veto sobre quaisquer decisões que a sociedade queira tomar. O Estado torna-se refém dos seus movimentos. A máxima liberdade de um é a mínima liberdade do outro. Se o capital financeiro está livre, o Estado nacional está preso. Se o Estado não define regras, ele mesmo tem de adaptar-se às regras que o capital definirá. O poder soberano troca de mãos.

Os defensores da desregulamentação apresentam-se como representantes de um saber econômico consolidado e tradicional, e não hesitam em classificar de experimentalistas e aventureiras as posições divergentes. Nada mais falso. Até quase o fim do século XX, nenhum economista sério, de qualquer filiação doutrinária, considerou digna de exame a idéia de que países com contas externas vulneráveis pudessem liberar os movimentos de capital. Todo o pensamento econômico consolidado e tradicional não só defende, mas também recomenda e muitas vezes exige a regulamentação. As diferenças são apenas de ênfase, nunca de ponto de vista.

Os neoliberais defendem que o Orçamento do Estado em moeda nacional seja estritamente regulamentado, austero, disciplinado, “responsável”. Mas, paradoxalmente,

defendem um tratamento frouxo ao fluxo de divisas, de modo que qualquer especulador, a qualquer momento, por qualquer motivo, possa converter em dólares os reais que desejar, o que mantém as reservas do Banco Central sob permanente risco. A excepcionalidade da posição brasileira na crise atual,

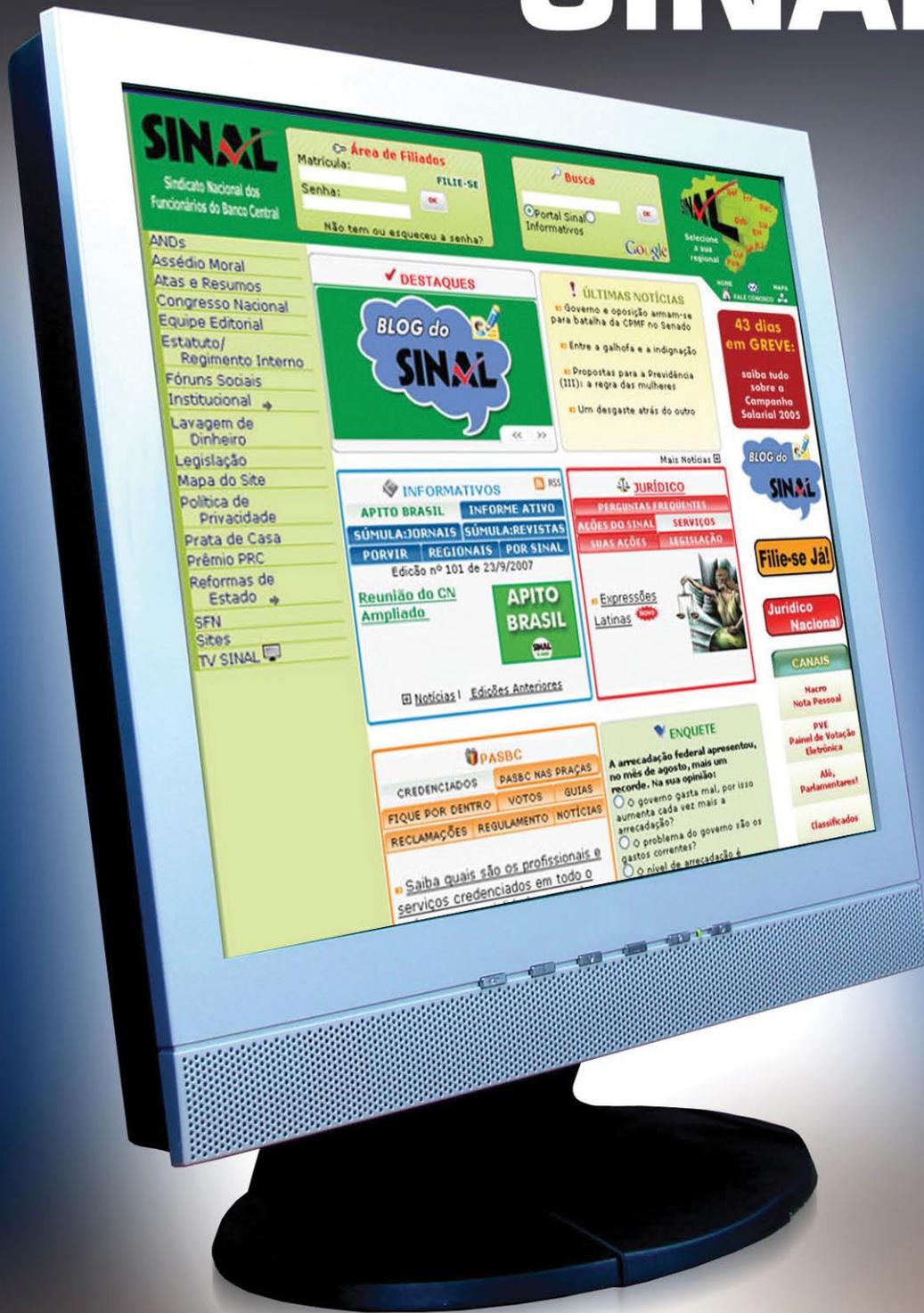
em relação a muitos outros países, é justamente que aqui poderemos ter uma crise cambial, somada às demais.

■ **Foram muitas as empresas exportadoras que não se contentaram em contratar hedge (seguro) contra a variação cambial e especularam, apostando quantias enormes na variação futura do câmbio. Só que apostaram mal e perderam muito dinheiro. Essa situação pode criar uma crise de confiança, desestimulando os empréstimos bancários. Qual deve ser a atitude do governo em relação a esse comportamento? Ajudar, nesse caso, não seria premiar o especulador?**

A nossa política econômica estimulava as empresas a especular com moedas para compensar o câmbio ruim. Com a súbita inversão de tendências, não sabemos o tamanho do problema. Alguns falam em 200 empresas envolvidas nessas operações, outros falam em 400. Mas o fato é que o setor produtivo real brasileiro foi pego em cheio pela crise. Isso ficará claro no primeiro semestre do próximo ano.

A nova situação exige que alteremos com rapidez certos fundamentos de política econômica que se transformaram em dogma: controlar fluxos de capital, baixar significativamente as taxas de juros, libertar-se da necessidade de fabricar superávits primários gigantescos, criar uma folga fiscal para financiar um grande programa de investimentos públicos, e assim por diante. Não tenho muita esperança de que o governo brasileiro faça isso, a menos que a situação se agrave terrivelmente. Aí já poderá ser tarde demais. Como vocês podem ver, não estou otimista. Acho que a marcha da insensatez prevalecerá. Vamos para uma grande crise. Tomara que eu esteja errado. 

Visite o Portal SINAL



www.sinal.org.br

BC e PF, uma parceria que já deu resultados

PARTICIPAÇÃO DO BANCO CENTRAL FOI DECISIVA NAS INVESTIGAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DA RECEITA CONTRA INSTITUIÇÕES QUE PRATICARAM CRIMES FINANCEIROS

O Sinal passou a integrar a Comunidade de Inteligência Policial e Análise Evidencial (Cipae), entidade criada em setembro deste ano e que reúne investigadores dos principais órgãos federais encarregados do combate à corrupção e ao crime organizado. Portal da entidade já pode ser acessado no endereço www.cipae.org.br.

O presidente da Cipae, o perito criminal da Polícia Federal Renato Barbosa, explica que, além de buscar maior conhecimento tecnológico e acadêmico no exterior, a nova entidade vai tentar agilizar e melhorar a troca de informações entre órgãos federais do porte do Banco Central, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da República, Caixa Econômica Federal, Polícia Rodoviária e Polícia Federal, para que se consiga, afinal, investigar e punir os responsáveis pelos crimes de colarinho branco e colocar seus autores na cadeia.

Barbosa, que participou ativamente das investigações dos casos Banestado e Mensalão e é coordenador-geral adjunto da Assessoria de Pesquisa e

Análise do Ministério Público Federal, diz que o esforço para investigar o crime financeiro no Brasil é semelhante a uma corrida de mil metros, com obstáculos. O país possui hoje o sistema financeiro mais organizado do mundo, o que, em tese, facilita o trabalho de investigação dos auditores do Banco Central. Mas a sensação dos brasileiros é de que a impunidade é generalizada e só ladrões de galinha vão para a cadeia, devido à dificuldade em levar os acusados a julgamento.

Além do Sinal, já se integraram à entidade a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF); Associação da Polícia do Congresso Nacional (APCN); Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Asbin); Associação Nacional dos Auditores Internos da Caixa Econômica Federal (Audicaixa); Sindicato dos Delegados da Polícia Federal (Sindepol); Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol); União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon/CGU/STN); e União do Policial Rodoviário do Brasil (UPRB).

Parcerias exitosas

Um exemplo de parceria nas investigações foi o trabalho conjunto de técnicos do Banco Central e da Receita Federal para descobrir as origens de uma sangria de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 3,6 bilhões) em dinheiro vivo, entre 1999 a 2003. A quantia representa os recursos que deixaram o país “lavados” por meio de esquemas ilegais de remessas feitas ao exterior com ajuda de doleiros.

O BC também foi um parceiro imprescindível na Operação Satíagraha. Nela, os funcionários do Banco procuraram relacionar os nomes incluídos em escândalos e operações irregulares e, com isso, conseguiram rastrear a rede de movimentação financeira do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity. Contudo, é preciso ir mais além, se o país quiser realmente punir o crime financeiro. É necessário, por exemplo, elaborar provas mais convincentes, uniformizando e harmonizando as informações obtidas de todos os órgãos. É o que a Cipae se propõe a fazer. “Nós queremos unificar e controlar



De olho no Opportunity

Uma participação exemplar do Banco Central, dentre muitas que passam despercebidas da população, foi a investigação da prática de lavagem de dinheiro pelo Opportunity. Os indícios do crime já constavam de relatórios internos, embora o processo administrativo contra o banco de Daniel Dantas só tenha sido aberto no dia 7 de novembro de 2007. A conclusão do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic) sobre o assunto diz que foram identificados sinais de irregularidades “relativas à detecção e comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro”. Os indícios apontados pelo BC surgiram das movimentações de recursos incompatíveis com patrimônio e renda do cliente.

No relatório de avaliação de Controles Internos e Compliance (procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro), o BC chega a listar exemplos de clientes com movimentação acima de sua capacidade financeira e, portanto, suspeitos, como é o caso de um militar aposentado, com renda de R\$ 9 mil mensais e patrimônio de R\$ 335 mil, que tem R\$ 9 milhões em aplicações. Outra possível irregularidade é encontrada na conta de uma pessoa física com renda mensal de R\$ 10 mil, patrimônio de R\$ 642 mil e R\$ 17 milhões em aplicações. A falta de documentação necessária para a abertura

de contas também é um dos alvos de suspeita do Banco.

Embora fossem conclusões de trabalho realizado entre abril e maio de 2006, alguns indícios de irregularidade foram registrados desde 2003, de acordo com relatório de auditoria do BC. No processo, que terminou anexado ao inquérito da Operação Satiagraha, esses indícios foram constatados todos os anos. Em 2005, por exemplo, documento já apontava para a suspeita de evasão de divisas. Em 10 de agosto de 2005, o BC concluiu que “o Banco Opportunity participou ativamente no descumprimento de obrigações previstas na legislação de competência da CVM, que podem ter ensejado transferências irregulares de recursos de residentes [no Brasil] para o exterior”.

Outros sinais foram observados no uso de procuração para a movimentação financeira e no fato de um mesmo CPF movimentar 28 diferentes contas numa mesma instituição. O relatório registrou, também, um fato comum no Opportunity: a participação de pessoas ligadas às empresas da família Dantas em atividades da instituição, mas sem vínculo formal com o banco. A própria movimentação financeira de Daniel Dantas levava o BC a suspeitar de irregularidades no banco: “Sua ficha cadastral não dá origem de recursos, omitindo patrimônio e renda”, aponta o relatório.

o processo de elaboração de provas, pois hoje é fácil para os acusados entrarem na Justiça com apelações, por conta das provas provenientes de inúmeras e diferentes instituições”, afirma Barbosa.

BC mais operante

Diante da constatação do que é preciso fazer para desconstruir a teia da corrupção e do crime organizado, o presidente da Cipae destaca a necessidade de que o Banco Central seja mais operante, principalmente no que se refere

ao efetivo processo de fiscalização bancária. “Não há outra forma de resolver as imensas dificuldades de investigar e punir esses crimes, a não ser integrar de maneira efetiva as instituições públicas correlatas”, diz Renato Barbosa, que expôs longamente o tema em palestra no primeiro dia da 22ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, realizada de 15 a 19 de outubro, em Canela, no Rio Grande do Sul.

Ao lado do juiz da primeira Vara Criminal de Porto Alegre, Daniel Marchionatti Barbosa, o perito federal

explicou as ações necessárias para a efetivação do Sistema de Prevenção e Detecção à Lavagem de Dinheiro (PDL). “O BC deve ser capaz de não só fiscalizar, mas também de impor expressivas sanções administrativas e colaborar com as investigações”, afirmou. Ele relacionou as formas concretas da atuação institucional do Banco. “Por exemplo, o Banco Central pode atuar no encaminhamento ao Ministério Público e à Polícia Federal de fatos concretos, ou mesmo de simples indícios de práticas criminosas.” 

>> **Acesse o blog do Sinal e participe das discussões, enviando seus comentários**



Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes. O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.

